

O PRINCÍPIO DO ESTADO

TRÊS CONFERÊNCIAS FEITAS AOS
OPERÁRIOS DO VALE DE SAINT-IMIER



M I B
A K H A I L
K U N I N



NOVOS TEMPOS EDITORA

MIKHAIL BAKUNIN

O PRINCÍPIO DO ESTADO

TRÊS CONFERÊNCIAS FEITAS AOS
OPERÁRIOS DO VALE DE SAINT-IMIER

Tradução
PLÍNIO AUGUSTO COËLHO

Revisão
OMAR BRASIL



Dos originais franceses:
LE PRINCIPE DE L'ÉTAT e
TROIS CONFÉRENCES FAITES
AUX OUVRIERS DU VAL DE SAINT-IMIER

Projeto de Capa: Roberto Yukio Matuo
Plínio Augusto Coêlho

Revisão: Omar Brasil

SUMÁRIO

NOTA DE APRESENTAÇÃO	7
O PRINCÍPIO DO ESTADO	13
TRÊS CONFERÊNCIAS FEITAS AOS OPERÁRIOS DO VALE DE SAINT-IMIER	
Primeira Conferência	45
Segunda Conferência	57
Terceira e última Conferência	71

NOVOS TEMPOS EDITORA
SCLN 315 Bloco A Loja 56
70.774 Brasília - DF

Impresso no Brasil - 1989

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Este texto é uma introdução ao estudo da obra “O PRINCÍPIO DO ESTADO”, de Bakunin. A obra é dividida em duas partes principais: a primeira parte, intitulada “DEUS E O ESTADO”, aborda os aspectos religiosos e teológicos do Estado, enquanto a segunda parte, intitulada “O PRINCÍPIO DO ESTADO”, aborda os aspectos políticos e sociais. A obra é escrita em forma de ensaio filosófico, com uma linguagem rica e complexa, que requer uma leitura atenta e reflexiva. O autor, Bakunin, é um pensador anarquista, que defende a liberdade individual e a igualdade social. Ele critica duramente o capitalismo e o socialismo, argumentando que ambos são sistemas opressores que mantêm a classe trabalhadora em condição de subordinação ao poder econômico e político. Ele também defende a ideia de que a liberdade é o resultado da ação coletiva e da organização popular, e não da ação individual ou da autoridade estatal.

Esta obra é composta de duas partes. À primeira concerne o texto “O PRINCÍPIO DO ESTADO”, escrito em 1871, desenvolvido em sua obra “DEUS E O ESTADO”, fragmento do “IMPÉRIO CNUTO-GERMÂNICO”. Nesta primeira parte Bakunin expõe as idéias religiosas, com seu estilo inteligente e mordaz, de modo a mostrar a relação direta entre as opressões religiosa e do Estado. Acompanhem-no-lo:

“Sempre procedendo com a mesma ingenuidade e sem ter a mínima consciência do que fazia, o homem utilizou um meio, muito engenhoso e muito natural simultaneamente, para preencher o vazio assustador de sua divindade: atribuiu-lhe simplesmente, exagerando-os, todavia, até proporções monstruosas, todas as ações, todas as forças, todas as qualidades e propriedades, boas ou más, benfazejas ou nocivas, que encontrou tanto na natureza quanto na sociedade. Foi assim que a terra, levada à pilhagem, empobre-

ceu-se em proveito do céu, que se enriqueceu com seus despojos.

“... quanto mais o céu, a morada da divindade, se enriquecia, mais a terra se tornava miserável, e bastava que uma coisa fosse adorada no céu para que todo o contrário dessa coisa se encontrasse realizada neste mundo de baixo. É o que denominamos de ficções religiosas; a cada uma dessas ficções corresponde, sabemo-lo muito bem, alguma realidade monstruosa; — assim, o amor celeste nunca teve outro efeito senão o ódio terrestre, a bondade divina nunca produziu senão o mal, e a liberdade de Deus significou a escravidão aqui em baixo. Veremos em breve que o mesmo ocorre com todas as ficções políticas e jurídicas, umas, assim como as outras, nada mais sendo senão conseqüências ou transformações da ficção religiosa”.

Ou ainda:

“Mas também a intervenção divina nos assuntos humanos nunca deixou de produzir efeitos excessivamente desastrosos. Ela perverteu todas as relações dos homens entre si e substituiu sua solidariedade natural pela prática hipócrita e insana das comunidades religiosas, onde, sob a aparência da caridade, cada um sonha só com a salvação de sua alma, fazendo, assim, sob o pretexto do amor divino, o egoísmo humano excessivamente refinado, cheio de ternura para si mesmo e de indiferença, de malevolência, até mesmo de crueldade para com o próximo. Isso explica a íntima aliança que sempre existiu entre o carrasco e o padre, aliança francamente declarada pelo célebre campeão do ultramontanismo, Sr. Joseph de Maistre, cuja pena eloquente, depois de ter divinizado o papa, não deixou de reabilitar o car-

rasco; — um sendo, com efeito, o complemento necessário do outro.”

A segunda parte desta obra se refere a três Conferências feitas no mês de maio de 1871, quando de sua visita à Suíça, na Seção central do distrito de Courtelary, e que só foram publicadas após sua morte.

Arthur Lehning, na Introdução do tomo 7 das *Obras Completas* de Bakunin, diz:

“Nestas três conferências, Bakunin, depois de ter retratado a história da burguesia francesa e seu papel revolucionário no século XVIII, definiu a missão histórica do proletariado no século XIX. O texto é um resumo sumário e popular das idéias que Bakunin expõe em longos manuscritos, escritos após seu retorno de Locarno, em outubro de 1870, onde retoma as idéias desenvolvidas em sua *Carta a um francês* e *A situação política na França*.

Em sua última conferência, ele se refere às sublevações na província e a de Paris:

“Se as sublevações populares de Lyon, de Marselha e em outras cidades da França fracassaram, foi porque não há nenhuma organização. Posso falar disso com pleno conhecimento de causa, pois eu estava lá e sofri com isso. E se a Comuna de Paris se mantém tão valentemente, hoje, é porque durante todo o cerco os operários se organizaram seriamente”.

“Deve-se supor, continua Arthur Lehning, que Bakunin acreditava também que, graças ao cerco a Paris, a organização da qual fala, fosse ao mesmo tempo uma organização armada. Mais tarde, depois do esmagamento da Comuna, Bakunin escreverá que doravante o direito, ou, melhor

dizendo, a justiça humana, banida da civilização burguesa, refugiou-se nas massas populares. Mas para que a justiça possa triunfar sobre a força mecanicamente organizada dos Estados, é preciso que ela se organize por sua vez como força popular, não para criar novos Estados, isto é, novas dominações e explorações, mas para abolir os Estados. Tal deve ser o único objetivo da política do proletariado, da política da Internacional.”

O PRINCÍPIO DO ESTADO

“O socialismo é a luta, organizada, de todos os que se engajam na causa da liberdade, da igualdade, da solidariedade entre os homens, contra os que, em nome da propriedade privada, da propriedade particular, da propriedade individual, querem manter a escravidão, a miséria, a infelicidade, a morte, a morte miserável, a morte violenta, a morte miserável violenta, a morte miserável violenta da massa humana. O socialismo é a luta, organizada, de todos os que se engajam na causa da liberdade, da igualdade, da solidariedade entre os homens, contra os que, em nome da propriedade privada, da propriedade particular, da propriedade individual, querem manter a escravidão, a miséria, a infelicidade, a morte, a morte miserável, a morte violenta, a morte miserável violenta, a morte miserável violenta da massa humana.

“O socialismo é a luta, organizada, de todos os que se engajam na causa da liberdade, da igualdade, da solidariedade entre os homens, contra os que, em nome da propriedade privada, da propriedade particular, da propriedade individual, querem manter a escravidão, a miséria, a infelicidade, a morte, a morte miserável, a morte violenta, a morte miserável violenta, a morte miserável violenta da massa humana.

distinto, é o que importa. Ainda mais, é o que importa na
política exterior. O que importa é a conquista. E a
conquista, é princípio que não é importado por nenhum grande
frente popular, não para criar novos Estados, mas é, no
momento em que existe, mas para abolir os Estados. Tal
deve ser o único objectivo da política de guerra mundial, da
política da International.

O PRINCÍPIO DO ESTADO

O PRINCÍPIO DO ESTADO

No fundo, a conquista não é somente a origem, é tam-
bém o objetivo supremo de todos os Estados, grandes ou
pequenos, poderosos ou fracos, despóticos ou liberais, mo-
nárquicos, aristocráticos, democráticos, e até mesmo socia-
listas, supondo que o ideal dos socialistas alemães, o de um
grande Estado comunista, se realize algum dia.

Que tenha sido o ponto de partida de todos os Estados,
antigos e modernos, isso não poderá ser colocado em dúvida
por ninguém, pois cada página da história universal o prova
suficientemente. Ninguém contestará também que os grandes
Estados atuais têm por objeto, mais ou menos declarado, a
conquista. Mas os Estados médios, e sobretudo os pequenos
Estados, dir-se-á, só pensam em defender-se, e seria ridículo
de sua parte sonhar com a conquista.

Ridículo, tanto quanto se quiser, entretanto, é seu sonho,
assim como é o sonho do mais pequeno proprietário cam-

ponês, aumentar seu domínio em detrimento de seu vizinho; aumentar, crescer, conquistar, a qualquer preço e sempre, é uma tendência fatalmente inerente a todo Estado, qualquer que seja sua extensão, sua fraqueza ou sua força, porque é uma necessidade de sua natureza. O que é o Estado senão a organização da força; mas é da natureza de toda força não poder suportar nenhuma outra, nem superior, nem igual, — não podendo a força ter outro objetivo senão a dominação, e a dominação só é real quando tudo o que a entraava lhe está subjugado. Uma força só suporta outra quando a isso é obrigada, quer dizer, quando se sente impotente para destruí-la ou derrubá-la. O simples fato de uma força igual é a negação de seu princípio e uma ameaça perpétua contra sua existência, pois é manifestação e prova de sua impotência. Conseqüentemente, entre todos os Estados que existem, um ao lado do outro, a guerra é permanente e a paz apenas uma trégua.

É da natureza do Estado apresentar-se, tanto para ele mesmo quanto para todos os seus governados, como objeto absoluto. Servir sua prosperidade, sua grandeza, sua força, é a suprema virtude do patriotismo. O Estado não reconhece outra: tudo o que o serve é bom, tudo o que é contrário a seus interesses é declarado criminoso, tal é a moral do Estado.

É por isso que a moral política sempre foi não somente estranha, mas absolutamente contrária à moral humana. Esta contradição é conseqüência forçada de seu princípio: o Estado, sendo só parte, apresenta-se e se impõe como um todo; ignora o direito de tudo o que, não sendo ele mesmo, acha-se fora dele, e quando pode, sem perigo para si mesmo, o viola. — O Estado é a negação da humanidade.

Existem direito humano e moral humana absolutos? Nos dias de hoje, vendo tudo o que se passa e se faz, na Europa, é-se bem forçado a se fazer esta pergunta.

Logo, o absoluto existe ou tudo é relativo neste mundo? Assim, com a moral e com o direito: o que se chamava direito, ontem, não o é mais, hoje, e o que parece moral na China pode não ser considerado como tal na Europa. Desse ponto de vista, cada país, cada época só deveriam ser julgados do ponto de vista das opiniões contemporâneas ou locais, e não haveria nem direito humano universal, nem moral humana absoluta.

Desse modo, depois de ter sonhado com um e outro, quando fomos metafísicos ou cristãos, hoje tornados positivistas, deveríamos renunciar a este sonho magnífico para recair na estreiteza moral da antiguidade, que ignora até mesmo o nome da humanidade, a ponto de que todos os deuses só foram deuses exclusivamente nacionais, acessíveis unicamente aos cultos privilegiados.

Mas, hoje, que o céu se tornou deserto e que todos os deuses, inclusive naturalmente o Jeová dos judeus, o Alá dos maometanos e o bom Deus dos cristãos, encontram-se destronados, hoje ainda seria pouco: recairíamos no materialismo grosseiro e brutal dos Bismarck, dos Thiers e dos Frederico II, segundo os quais *Deus sempre esteve do lado dos grandes batalhões*, como o disse muito bem este último; o único objeto digno de culto, o princípio de toda moral, de todo direito, seria a força; esta é a verdadeira religião do Estado.

Pois bem, não! Por mais ateus que sejamos, e precisamente porque somos ateus, reconhecemos uma moral humana e um direito humano absolutos. Em todo o caso, trata-se de entender o significado desta palavra, *absoluto*.

O absoluto universal, abraçando a totalidade infinita dos mundos e dos seres, não o concebemos, porque não somente somos incapazes de percebê-lo com nossos sentidos, mas sequer podemos imaginá-lo. Toda tentativa deste gênero nos levaria ao vazio, tão amado pelos metafísicos, da abstração absoluta.

O absoluto que nós entendemos é um absoluto muito relativo e, sobretudo, relativo exclusivamente à espécie humana. Esta última está longe de ser eterna: nascida sobre a terra, morrerá com ela, talvez até mesmo antes dela, dando lugar, segundo o sistema de Darwin, a uma espécie mais poderosa, mais completa, mais perfeita. Mas, enquanto existe, possui um princípio que lhe é inerente e que a faz precisamente o que é: é o princípio que constitui, em relação a ela, o absoluto. Vejamos qual é este princípio.

De todos os seres vivos sobre esta terra, o homem é, simultaneamente, o mais *social* e o mais *individualista*. Ele é incontestavelmente também o mais *inteligente*. Existem, talvez, animais que sejam até mais sociais do que ele, por exemplo, as abelhas, as formigas; todavia, são tão pouco individualistas, que os indivíduos pertencentes a essas espécies são absolutamente absorvidos por essas últimas e aniquilados em sua sociedade; são completamente para a coletividade, nada ou quase nada para eles mesmos. Parece que existe uma lei natural, segundo a qual, quanto mais uma espécie animal é desenvolvida na escala dos seres, por sua organização mais completa, mais ela permite em mobilidade, liberdade e individualidade para cada um. Os animais ferozes, que ocupam incontestavelmente o grau mais elevado, são individualistas ao máximo grau.

O homem, animal feroz por excelência, é o mais individualista de todos. Mas, ao mesmo tempo, e é uma de suas

características distintivas, ele é eminentemente, instintiva e fatalmente socialista. Isto é de tal forma verdadeiro que sua própria inteligência, que o torna tão superior a todos os seres vivos e que o constitui, de certa forma, senhor de todos, só se pode desenvolver e chegar à consciência de si mesma, em sociedade, e pelo concurso de toda a coletividade.

Com efeito, sabemos muito bem que é impossível pensar sem palavras; fora ou antes da palavra, pode haver sem dúvida representações ou imagens das coisas, mas não existe pensamento. O pensamento nasce e se desenvolve com a palavra. Pensar é, portanto, falar mentalmente consigo mesmo. Mas toda conversação supõe pelo menos duas pessoas, uma sois vós; quem é a outra? É todo o mundo humano que conhecéis.

O homem, enquanto indivíduo animal, como os animais de todas as outras espécies, tem, à primeira vista, e tão logo começa a respirar, o sentimento imediato de sua existência individual; mas só adquire a consciência refletida dele mesmo, consciência que constitui propriamente sua personalidade, por meio da inteligência, e consequentemente, somente em sociedade. Vossa personalidade mais íntima, a consciência que tendes de vós mesmos em vosso foro interior, não é, de certa forma, senão o reflexo de vossa própria imagem, refletida e enviada a vós, como por meio de um conjunto de espelhos, pela consciência tanto coletiva quanto individual de todos os seres humanos que compõem vosso mundo social. Cada homem que conhecéis e com o qual vos encontrais em relação, direta ou indireta, determina, mais ou menos, vosso ser mais íntimo, contribui a fazer de vós o que sois, a constituir vossa personalidade. Em consequência, se estais cercados de escravos, mesmo que sejais senhor deles, implica que sois também escravo,

pois a consciência dos escravos não pode refletir senão vossa imagem aviltada. A estupidez de todo mundo vos embrutece, enquanto a inteligência de todos vos ilumina, vos eleva; os vícios de vosso meio social são vossos vícios, e só poderíeis ser um homem realmente livre se estivésseis cercados de homens igualmente livres; bastaria a existência de um único escravo para diminuir vossa liberdade. Na imortal declaração dos direitos do homem, elaborada pela Convenção nacional, encontramos claramente expressa esta verdade sublime *que a escravidão de um único ser humano é a escravidão de todos.*

Ela contém toda a moral humana, precisamente o que chamamos de *moral absoluta*, absoluta sem dúvida em relação à humanidade somente, não em relação ao restante dos seres, e ainda menos em relação à totalidade infinita dos mundos, para nós sempre desconhecida. Nós a encontramos em gérmen, mais ou menos, em todos os sistemas de moral que se produziram na história e da qual ela foi, de uma certa forma, como a luz latente, luz que só se manifestou, por sinal, mais freqüentemente, por reflexos tão incertos quanto imperfeitos. Tudo o que vemos de absolutamente verdadeiro, quer dizer, de humano, deve-se somente a ela. E como poderia ser diferente, visto que todos os sistemas de moral que se desenvolveram sucessivamente, no passado, assim como todos os outros desenvolvimentos do homem na história, inclusive os desenvolvimentos teológicos e metafísicos, nunca tiveram outra fonte senão a natureza humana, foram somente manifestações mais ou menos imperfeitas desta natureza. Mas esta lei moral que denominamos absoluta, o que é ela senão a expressão mais pura, mais completa, mais adequada, como diriam os metafísicos, desta mesma natureza humana, essencialmente socialista e individualista simultaneamente.

O principal defeito dos sistemas de moral ensinados no passado foi o de ter sido exclusivamente socialista ou exclusivamente individualista. Assim, a moral cívica, tal como nos foi transmitida pelos Gregos e pelos Romanos, foi uma moral exclusivamente socialista, no sentido em que sacrificou sempre a individualidade à coletividade. Sem falar das miríades dos escravos que constituíram toda a base da civilização antiga, eles próprios só contando como coisas, a individualidade do cidadão grego ou romano sempre foi patrioticamente imolada em proveito da coletividade constituída em Estado. Assim, quando os cidadãos, fatigados dessa imolação permanente, recusaram-se ao sacrifício, os republicanos gregos inicialmente, em seguida os romanos, desmoronaram. O despertar do individualismo causou a morte da antiguidade.

Ele encontrou sua mais pura e completa expressão nas religiões monoteístas, no judaísmo, no maometismo e principalmente no cristianismo. O Jeová dos judeus ainda se dirige à coletividade, pelo menos sob certos aspectos, pois ele tem um povo eleito, ainda que já contenha todos os gérmenes da moral exclusivamente individualista.

Deveria ser assim: os deuses da antiguidade grega e romana foram, em última análise, apenas símbolos, representantes supremos da coletividade dividida, do Estado. Ao adorá-los, adorava-se o Estado, e toda a moral que foi ensinada em seu nome não pôde ter, consequentemente, outro objeto senão a salvação, a grandeza e a glória do Estado.

O deus dos judeus, déspota ciumento, egoísta e vaidoso, resguardou-se, não de identificar, mas somente de combinar sua terrível pessoa com a coletividade de seu povo eleito, eleito para lhe servir de degrau de predileção máximo, mas

não para ousar elevar-se até ele. Entre ele e seu povo sempre houve um abismo. Por sinal, não admitindo outro objeto de adoração senão ele mesmo, não podia suportar o culto do Estado. Adorado, nunca exigiu dos judeus, tanto coletiva quanto individualmente, senão sacrifícios para ele mesmo, nunca para sua coletividade ou para a grandeza e para a glória do Estado.

De resto, os mandamentos de Jeová, tais como nos são transmitidos pelo Decálogo, dirigem-se quase exclusivamente ao indivíduo: só fazem exceção aqueles dentre eles cuja execução ultrapassa as forças de um indivíduo, e exigiria o concurso de todos: por exemplo, a ordem tão singularmente humana que prescreve aos judeus extirpar até o último, incluindo as mulheres e as crianças, todos os pagãos que encontrassem sobre a terra prometida, ordem verdadeiramente digna do Pai de nossa santa Trindade cristã, que se distingue, como se sabe, por seu amor exuberante por esta pobre espécie humana.

Todos os outros mandamentos dirigem-se unicamente ao indivíduo: não matarás (exceto nos casos muito freqüentes em que eu mesmo ordenarei, deveria ter acrescentado); não roubarás nem a propriedade nem a mulher do próximo (considerada, de uma certa forma, também como uma propriedade); honrarás pai e mãe. Mas sobretudo tu me adorarás, a mim, o deus ciumento, egoísta, vaidoso e terrível, e se não quiseres sofrer a minha cólera, cantarás em meu louvor e rastejarás eternamente diante de mim.

No maometismo não há sequer sombra do coletivismo nacional e restrito que domina nas religiões antigas e do qual ainda se encontram alguns fracos restos até no culto judaico. O Alcorão não conhece povo eleito; todos os cren tes, de qualquer nação ou comunidade a que pertençam,

são individualmente, não coletivamente, os eleitos de Deus. Assim, os califas, sucessores de Maomé, nunca se denominaram de outra forma, senão chefes dos crentes.

Mas nenhuma religião levou tão longe o culto do individualismo quanto a religião cristã. Diante das ameaças do inferno e das promessas absolutamente individuais do paraíso, acompanhadas por essa terrível declaração de que *entre muitos chamados haverá muito poucos eleitos*, foi uma confusão, um salve-se-quem-puder generalizado; um tipo de corrida em que cada um só era estimulado por uma única preocupação, a de salvar sua própria pequena alma. Concede-se que tal religião tenha podido e sabido dar o golpe de misericórdia na civilização antiga, fundada exclusivamente sobre o culto da coletividade, da pátria, do Estado, e dissolvido todas as suas organizações, sobretudo em uma época em que já morria de velhice. O individualismo é um pernicioso dissolvente! Vemos a prova disso no mundo burguês atual.

No nosso entendimento, quer dizer, do ponto de vista da moral humana, todas as religiões monoteístas, mas principalmente a religião cristã, como a mais completa e a mais consequente de todas, são profunda, essencial, principalmente imorais: ao criar seu Deus, elas proclamaram a decadência de todos os homens, dos quais só admiraram a solidariedade no pecado; e ao afirmar o princípio da salvação exclusivamente individual, renegaram e destruíram, na medida de sua força para fazê-lo, a coletividade humana, isto é, o próprio princípio da humanidade.

Não é estranho que se tenha atribuído ao cristianismo a honra de ter criado a idéia da humanidade, do qual foi, ao contrário, a negação mais completa e a mais absoluta?

Todavia, sob um aspecto ele pode reivindicar esta honra, mas somente sob um único: ele contribuiu, de maneira negativa, cooperando poderosamente para a destruição das coletividades restritas e parciais da antiguidade, apressando a decadência natural das pátrias e das cidades que, tendo se divinizado em seus deuses, formavam um obstáculo à constituição da humanidade; mas é absolutamente falso dizer que o cristianismo tenha algum dia tido a idéia de constituir esta última, ou que tenha pelo menos compreendido, ou mesmo pressentido, o que hoje denominamos solidariedade dos homens, a humanidade é uma idéia bem moderna, entrevista pelo renascimento, mas concebida e enunciada de uma maneira clara e precisa somente no século XVIII.

O cristianismo não tem absolutamente nada a fazer com a humanidade, pela simples razão que tem por objeto único a divindade, mas uma exclui a outra. A idéia da humanidade repousa sobre a solidariedade fatal, natural de todos os homens entre si. Mas o cristianismo, como dissemos, só reconhece esta solidariedade no pecado, e a lança absolutamente na salvação, no reino desse Deus que entre muitos chamados só poupará pouquíssimos eleitos, e que em sua justiça *adorável*, levado sem dúvida por esse amor infinito que o distingue, antes mesmo que os homens tivessem nascido sobre esta terra, havia condenado a imensa maioria aos sofrimentos eternos do inferno, e isso para puni-los de um pecado cometido não por eles mesmos, mas por seus primeiros ancestrais, que por sinal foram forçados a cometê-lo, para evitar um bem mais terrível ainda, o de infligir um desmentido à presciênciâ divina.

Tal é a lógica divina e a base de toda a moral cristã. O que têm elas a ver com a lógica e a moral humanas?

É em vão que se esforçariam para nos provar que o cristianismo reconhece a solidariedade dos homens citando-nos palavras do Evangelho que parecem predizer o advento de um dia em que só haverá um único pastor e um único rebanho; ou mostrando-nos a Igreja católica romana tendendo incessantemente à realização desse objetivo pela submissão do mundo inteiro ao governo do papa. A transformação da humanidade inteira em rebanho, assim como a realização, felizmente impossível, desta monarquia universal e divina, nada têm a ver com o princípio da solidariedade humana, e somente ele constitui o que denominamos humanidade. Não há sequer sombra desta solidariedade na sociedade, tal como os cristãos a sonham, e na qual nada se é pela graça dos homens, tudo pela graça de Deus, verdadeiro rebanho de ovelhas desgarradas, que não têm nem devem ter nenhuma relação imediata e natural entre si, a ponto de lhes ser até mesmo proibido unir-se para a reprodução da espécie sem a permissão ou a bênção de seu pastor, sómente o padre tendo o direito de casá-los em nome desse deus que é o único traço de união legítimo entre eles: separados fora dele, os cristãos só se unem e só podem se unir nele. Fora desta sanção divina, todas as relações humanas, mesmo os laços de família, participam da maldição geral que atinge a criação, são reprovadas: a ternura pelos pais, pelos esposos, pelos filhos, a amizade fundada sobre a simpatia e sobre a estima recíprocas, o amor e o respeito pelos homens, a paixão pelo verdadeiro, pelo justo e pelo bem, a paixão pela liberdade, e a maior de todas, aquela que implica todas as outras, a paixão pela humanidade, — tudo isso é amaldiçoado e só poderia ser reabilitado pela graça de Deus. Todas as relações de homem a homem devem ser santificadas pela intervenção divina; mas esta intervenção os desnatura, os desmoraliza, os destrói. O divino mata o

humano, e todo o culto cristão consiste só nessa imolação perpétua da humanidade em honra da divindade.

Que não se objete que o cristianismo ordena aos filhos a amar seus pais, aos pais a amar seus filhos, aos esposos a se afeiçoarem mutuamente. Sim, mas ele lhes ordena e só lhes permite amá-los não imediatamente, não naturalmente, por eles mesmos, mas somente em Deus e pelo amor de Deus; ele só admite todas estas relações naturais sob a condição que Deus esteja nelas interposto, e esta interposição mata os cônjuges. O amor divino aniquila o amor humano. O cristianismo nos ordena, é verdade, amar nosso próximo como a nós mesmos, mas nos ordena, ao mesmo tempo, amar a Deus mais do que a nós mesmos e, consequentemente, mais do que ao próximo, quer dizer, sacrificar-lhe o próximo para nossa própria salvação, pois, no final das contas, o cristão adora Deus somente para a salvação de sua alma.

Sendo Deus pressuposto, tudo isso é rigorosamente consequente: Deus é o infinito, o absoluto, o eterno, o todo-poderoso; o homem é o finito, o impotente. Em comparação com Deus, sob todos os aspectos, ele é nada. Somente o divino é justo, verdadeiro, belo e bom, tudo o que é humano, no homem, deve ser por isso mesmo declarado falso, iníquo, detestável e miserável. O contato da divindade com esta pobre humanidade deve, portanto, necessariamente devorar, consumir, aniquilar tudo o que resta de humano nos homens.

Mas também a intervenção divina nos assuntos humanos nunca deixou de produzir efeitos excessivamente desastrosos. Ela perverteu todas as relações dos homens entre si e substituiu sua solidariedade natural pela prática hipócrita e insana das comunidades religiosas, onde, sob a aparência da caridade, cada um sonha só com a salvação de sua alma, fazendo, assim, sob o pretexto do amor divino, o egoísmo

humano excessivamente refinado, cheio de ternura para si mesmo e de indiferença, de malevolência, até mesmo de crueldade para com o próximo. Isso explica a íntima aliança que sempre existiu entre o carrasco e o padre, aliança francamente declarada pelo célebre campeão do ultramontanismo, Sr. Joseph de Maistre, cuja pena eloquente, depois de ter divinizado o papa, não deixou de reabilitar o carrasco; — um sendo, com efeito, o complemento necessário do outro.

Mas não é somente na Igreja católica que existe e se produz esta ternura excessiva pelo carrasco. Os ministros sinceramente religiosos e crentes dos diferentes cultos protestantes, não protestaram unanimemente, em nossos dias, contra a abolição da pena de morte? Não é verdade que o amor divino mata nos corações que estão dele penetrados, o amor pelos homens? Não é verdade também que todos os cultos religiosos em geral, mas entre eles principalmente o cristianismo, nunca tiveram outro objetivo senão sacrificar homens a seus deuses? E entre todas as divindades das quais nos fala a história, existe sequer uma única que tenha feito derramar tanta lágrima e tanto sangue quanto esse bom Deus dos cristãos, ou que tenha pervertido, no mesmo nível, as inteligências, os corações e todas as relações dos homens entre eles?

Sob esta influência insana, o espírito se eclipsava e a busca ardente da verdade se transformava em culto complacente da mentira; a dignidade humana se aviltava, a honestidade se tornava traidora, a bondade cruel, a justiça iníqua e o respeito humano se transformava em desprezo arrogante para os homens; o instinto da liberdade resultava no estabelecimento da servidão, e o da igualdade na sanção dos privilégios mais monstruosos. A caridade, tornando-se dela-tora e perseguidora, ordenava o massacre dos heréticos e

as orgias sangrentas da Inquisição; o homem religioso se denominou jesuíta, momier* ou pietista — renunciando à humanidade ele visou à santidade — e o santo sob a apariência de uma humildade mais ou menos hipócrita e da caridade, ocultou o orgulho e o egoísmo imenso de um Eu humano absolutamente isolado e que adora a si mesmo em seu Deus. Assim, não nos devemos enganar com isso; o que o homem religioso procura, sobretudo, e o que acredita encontrar na divindade que adora, é ainda ele mesmo, mas glorificado, investido da onipotência e imortalizado. Dessa forma, desta divindade extraiu muito freqüentemente pretextos e instrumentos para subjugar e explorar o mundo humano.

Eis, portanto, a última palavra do culto cristão; é a exaltação do egoísmo, que, rompendo toda solidariedade social, adora a si mesmo em seu Deus, e se impõe à massa ignorante dos homens em nome desse Deus, quer dizer, em nome de seu Eu humano, consciente ou inconscientemente exaltado e divinizado por ele mesmo. É por isso, também, que os homens religiosos são ordinariamente tão ferozes: ao defender seu Deus, contribuem para seu egoísmo, para seu orgulho e para sua vaidade.

De tudo isso resulta que o cristianismo é a negação mais decisiva e mais completa de toda solidariedade entre os homens, isto é, da sociedade, e, consequentemente também, da moral, visto que fora da sociedade não pode existir moral, só restam as relações religiosas do homem isolado com seu Deus, isto é, com ele mesmo.

Os metafísicos modernos, a partir do século XVII, tentaram restabelecer a moral fundando-a, não sobre Deus,

* Apelido de certos metodistas na Suíça romanche. N. do T.

mas sobre o homem. Desgraçadamente, obedecendo às tendências de seu século, tomaram por ponto de partida não o homem social, vivo e real, que é o duplo produto da natureza e da sociedade, mas o Eu abstrato do indivíduo, fora de todos os seus laços naturais e sociais, o mesmo que divinizou o egoísmo cristão, e que todas as Igrejas, tanto católica quanto protestantes, adoram como seu Deus.

Como nasceu o Deus único dos monoteístas? Pela eliminação necessária de todos os seres reais e vivos.

Para explicar o que entendemos por isso, torna-se necessário dizer algumas palavras sobre a religião. Não desejariamos absolutamente falar dela, mas nos dias de hoje se torna impossível tratar das questões políticas e sociais sem tocar na questão religiosa.

Foi sem razão que se pretendeu que o sentimento religioso só é próprio aos homens; encontram-se perfeitamente todos os seus elementos fundamentais no mundo animal, e entre esses elementos o principal é o medo. "O temor a Deus", dizem os teólogos, "é o começo da sabedoria". Pois bem, esse medo não se acha excessivamente desenvolvido nos animais, e todos os animais não estão constantemente amedrontados. Todos ressentem um terror instintivo em relação à onipotente natureza que os produz, os cria, os alimenta, é verdade, mas ao mesmo tempo os esmaga, os envolve em toda parte, ameaçando sua existência a todo momento, e sempre acaba por matá-los.

Como os animais de todas as outras espécies não possuem essa força de abstração e de generalização da qual somente o homem é dotado, eles não figuravam essa totalidade dos seres que denominamos natureza, mas a sentem e têm medo dela. Esse é o verdadeiro começo do sentimento religioso.

A própria adoração não falta. Isto sem falar do estremecimento de alegria ressentido por todos os seres vivos com a aurora, nem de seus gemidos com a aproximação de uma dessas terríveis catástrofes naturais que os destrói aos milhares, basta considerar, por exemplo, a atitude do cão na presença de seu dono. Não é essa igualmente a atitude do homem diante de seu Deus?

O homem também não começou pela generalização dos fenômenos naturais, e só chegou à concepção da natureza como ser único depois de muitos séculos de desenvolvimento social. O homem primitivo, o selvagem, pouco diferente do gorila, partilhou, sem dúvida, durante muito tempo, de todas as sensações e representações instintivas do gorila; foi somente muito tempo depois que começou a fazer delas o objeto de suas reflexões, inicialmente, necessariamente infantis, a lhes dar um nome, e, por isso mesmo, a fixá-las em seu espírito nascente.

Foi assim que o sentimento religioso que ele tinha em comum com os animais das outras espécies, tomou corpo, tornou-se nele uma representação permanente, como o começo de uma idéia, a da existência oculta de um ser superior e muito mais poderoso do que ele, geralmente muito hostil e muito nocivo, o ser que lhe faz medo, em resumo, o seu Deus.

Tal foi o primeiro Deus, de tal forma rudimentar, é verdade, que o selvagem que o busca em todos os lugares para conjurá-lo pensou tê-lo encontrado às vezes em um pedaço de pau, em um esfregão, um osso ou uma pedra: foi a época do *fetichismo*, da qual ainda hoje encontramos vestígios no catolicismo.

Foram necessários, sem dúvida, séculos ainda para que o homem selvagem passasse do culto dos fetiches inanima-

dos ao dos fetiches vivos, ao dos diferentes animais e, por último, ao dos *feiticeiros*. Ele chega aí por uma longa série de experiências e pelo procedimento da eliminação: não encontrando o poder temível que ele desejava conjurar nos fetiches, busca-o no homem-Deus, o *feiticeiro*.

Mais tarde, e sempre por esse mesmo procedimento de eliminação, e fazendo abstração do feiticeiro, cuja experiência lhe havia enfim demonstrado a impotência, o homem selvagem adorou sucessivamente os fenômenos mais grandiosos e mais terríveis da natureza: a tempestade, o trovão, o vento, e assim continuando, de eliminação em eliminação, ascendeu finalmente ao culto do sol e dos planetas. Parece que a honra de ter criado este culto pertence aos povos pastores.

Já era um grande progresso. Quanto mais a divindade, isto é, a força que faz medo, afastava-se do homem, mais ela parecia respeitável e grandiosa. Não havia mais do que um único grande passo a dar, para o estabelecimento definitivo do mundo religioso, e foi o de chegar à adoração de uma *divindade invisível*.

Até esse *salto mortale** da adoração do visível à adoração do invisível, os animais das outras espécies teriam podido, a rigor, acompanhar seu irmão caçula, o homem, em todas as suas experiências teológicas, visto que eles também adoram à sua maneira todos os fenômenos da natureza. Não sabemos o que eles podem sentir pelos outros planetas; todavia, estamos certos de que a lua, e sobretudo o sol, exercem sobre eles uma influência muito sensível. Mas a divindade invisível só pôde ter sido inventada pelo homem.

* Em italiano no original. N. do T.

Mas por que procedimento pôde o homem descobrir esse ser invisível, do qual nenhum de seus sentidos, nem mesmo sua visão, pôde ajudá-lo a constatar a real existência, e por meio de que artifício pôde ele reconhecer a natureza e as qualidades desse ser? Quem é, enfim, esse ser suposto absoluto, que o homem pensou ter encontrado acima e fora de todas as coisas?

Outro não foi o procedimento senão essa operação bem conhecida do espírito que denominamos abstração ou eliminação, e o resultado final desta operação só pode ser o abstrato absoluto, o nada, o não-ser. E é precisamente esse não-ser que o homem adora como seu Deus.

Elevando-se por seu espírito acima de todas as coisas reais e vivas, inclusive seu próprio corpo, fazendo abstração de tudo o que é sensível, ou mesmo somente visível, inclusive o firmamento com todas as estrelas, o homem se encontra diante do vazio absoluto, do nada indeterminado, infinito, sem nenhum conteúdo, assim como sem nenhum limite.

Nesse vazio, o espírito do homem, que o havia produzido por intermédio da eliminação de todas as coisas, só pôde encontrar necessariamente si mesmo em estado de força abstrata, que, tudo tendo destruído e nada mais tendo a eliminar, recai sobre si mesma em uma inação absoluta, e que, se considerando ela mesma nesta completa inação, que lhe parece sublime, como um ser diferente de si mesma, afirma-se como seu próprio Deus e se adora.

Deus, portanto, outra coisa não é senão o Eu humano tornado absolutamente vazio por força de abstração ou de eliminação de tudo o que é real e vivo. Foi precisamente desta maneira que o concebera Buda que, de todos os reveladores religiosos, foi certamente o mais profundo, o mais sincero, o mais verdadeiro.

Contudo, Buda não sabia e não podia saber que fora o próprio espírito humano que criara esse Deus-nada. Foi somente perto do final do século passado que se começou a percebê-lo, e apenas em nosso século que, graças a estudos mais aprofundados sobre a natureza e as operações do espírito humano, se conseguiu percebê-lo completamente.

Quando o espírito humano criou Deus, procedeu com a mais completa ingenuidade; não possuía ainda nenhum conhecimento dele mesmo e, sem duvidar de maneira nenhuma, pôde se adorar em seu deus-nada.

Entretanto, ele não podia se deter diante desse nada que ele próprio criara, devia a qualquer preço preenchê-lo e fazê-lo tornar a descer sobre a terra, à realidade viva. Chegou a este fim sempre com a mesma ingenuidade e pelo procedimento mais natural, mais simples. Após ter divinizado seu próprio eu a esse estado de abstração ou de vazio absoluto, ajoelhou-se diante dele, o adorou e o proclamou a causa e o autor de todas as coisas; foi o começo da teologia.

Assim, deu-se uma guinada completa, decisiva, fatal, historicamente inevitável sem dúvida, mas, apesar de tudo, excessivamente desastrosa em todas as concepções humanas.

Deus, o nada absoluto, foi proclamado o único ser vivo, poderoso e real, e o mundo vivo e, por consequência necessária, a natureza, todas as coisas efetivamente reais e vivas enquanto comparadas a esse Deus, foram declaradas Nada. É próprio da teologia fazer do nada o real, e do real o nada.

Sempre procedendo com a mesma ingenuidade e sem ter a mínima consciência do que fazia, o homem utilizou um meio, muito engenhoso e muito natural simultaneamente, para preencher o vazio assustador de sua divindade: atribuiu-

lhe simplesmente, exagerando-os, todavia, até proporções monstruosas, todas as ações, todas as forças, todas as qualidades e propriedades, boas ou más, benfazejas ou nocivas, que encontrou tanto na natureza quanto na sociedade. Foi assim que a terra, levada à pilhagem, empobreceu-se em proveito do céu, que se enriqueceu com seus despojos.

Resultou disso que, quanto mais o céu, a morada da divindade, se enriquecia, mais a terra se tornava miserável, e bastava que uma coisa fosse adorada no céu para que todo o contrário dessa coisa se encontrasse realizada neste mundo de baixo. É o que denominamos de ficções religiosas; a cada uma dessas ficções corresponde, sabemo-lo muito bem, alguma realidade monstruosa; — assim, o amor celeste nunca teve outro efeito senão o ódio terrestre, a bondade divina nunca produziu senão o mal, e a liberdade de Deus significou a escravidão aqui em baixo. Veremos em breve que o mesmo ocorre com todas as ficções políticas e jurídicas, umas, assim como as outras, nada mais sendo senão conseqüências ou transformações da ficção religiosa.

Não foi de uma só vez que a divindade assumiu esse caráter absolutamente nocivo. Nas religiões panteísticas do Oriente, no culto dos brâmanes e no dos sacerdotes do Egito, assim como nas crenças fenícias e sírias, ela já se apresentava sob um aspecto bem terrível. — O Oriente foi, em todos os tempos, e ainda hoje permanece, em certa medida, pelo menos, a pátria da divindade despótica, esmagadora e feroz, negação do espírito e da humanidade. Também é a pátria dos escravos, dos monarcas absolutos e das castas.

Na Grécia, a divindade se humaniza, — sua unidade misteriosa reconhecida no Oriente somente pelos padres, seu caráter atroz e sombrio são relegados no fundo da mitologia helênica, — ao panteísmo sucede o politeísmo. O Olimpo, imagem da federação das cidades gregas, é um tipo

de república muito fracamente governada pelo pai dos deuses, Júpiter, que, ele próprio, obedece aos decretos do destino.

O destino é impessoal; é a própria fatalidade, a força irresistível das coisas, diante da qual tudo deve dobrar-se, homens e deuses. Por sinal, entre esses deuses, criados pelos poetas, nenhum é absoluto; cada um representa somente um aspecto, uma parte, quer seja do homem, quer seja da natureza em geral, sem, contudo, deixarem de ser, por isso, seres concretos e vivos. Eles se completam mutuamente e formam um conjunto muito vivo, muito gracioso e principalmente muito humano.

Nada de sombrio nessa religião, cuja teologia foi inventada pelos poetas, cada um acrescentando a ela livremente algum deus ou novo dogma, segundo as necessidades das cidades gregas, das quais, cada uma se orgulhava de ter sua divindade tutelar, representante de seu espírito coletivo. Foi a religião não dos indivíduos, mas da coletividade dos cidadãos de tantas pátrias restritas e parcialmente livres, ligadas entre elas, por sinal, mais ou menos por um tipo de federação imperfeitamente organizada e muito fraca.

De todos os cultos religiosos que a história nos mostra, esse foi certamente o menos teológico, o menos sério, o menos divino e, por causa disso mesmo, o menos nocivo, aquele que menos entravou o livre desenvolvimento da sociedade humana. A simples pluralidade dos deuses, aproximadamente iguais em poder, era uma garantia contra o absolutismo; perseguido por uns, podia-se buscar proteção nos outros, e o mal causado por um deus encontrava sua compensação no bem produzido por um outro. Não havia, portanto, na mitologia grega, essa contradição lógica bem como moralmente monstruosa, que o bem e o mal, a beleza e a feiúra, a bondade e a maldade, o ódio e o amor se encontram

concentrados em uma única e mesma pessoa, como isso se apresenta fatalmente no deus único do monoteísmo.

Esta monstruosidade, nós a encontramos por inteiro no deus dos judeus e dos cristãos. Ela era a consequência necessária da unidade divina; e, com efeito, esta unidade uma vez admitida, como explicar a coexistência do bem e do mal? Os antigos persas haviam pelo menos imaginado dois deuses: um, o da Luz e do Bem, Ormazd; o outro, o do Mal e das Trevas, Ahriman; neste caso era natural que eles se combatessem, assim como o mal e o bem se combatem e vencem, alternadamente, na natureza e na sociedade. Mas como explicar que um único e mesmo Deus, todo-poderoso, todo verdade, todo amor, todo bondade, tenha podido dar origem ao mal, ao ódio, à feiúra, à mentira?

Para resolver esta contradição, as teologias judia e cristã recorreram às invenções mais revoltantes e mais insensatas. Inicialmente, elas atribuíram todo o mal a Satã. Mas de onde vem Satã? É ele, assim como Ahriman, o igual de Deus? Absolutamente; assim como todo o resto da criação, ele é obra de Deus. Portanto, foi Deus que engendrou o mal. Não, respondem os teólogos, Satã foi inicialmente um anjo de luz, e foi somente depois de sua revolta contra Deus que ele se tornou o anjo das trevas. Mas se a revolta é um mal, — o que é muito duvidoso, e acreditamos, ao contrário, que ela é um bem, visto que, sem ela, nunca teria havido emancipação social, — se ela constitui um crime, quem criou a possibilidade deste mal? Deus, sem dúvida, responder-vos-ão ainda os mesmos teólogos, mas ele só tornou o mal possível para deixar aos anjos assim como aos homens, o livre arbítrio. E o que é o livre arbítrio? É a faculdade de escolher entre o bem e o mal, e decidir espontaneamente seja por um, seja pelo outro. Mas para que os anjos e os

homens tenham podido escolher o mal, tenham podido se decidir pelo mal, era preciso que o mal tivesse existido independentemente deles, e quem teria podido dar-lhe esta existência senão Deus?

Os teólogos também defendem que, após a queda de Satã, que precedeu a do homem, Deus, sem dúvida esclarecido por essa experiência, não querendo que outros anjos seguissem o exemplo fatal de Satã, privou-os do livre arbítrio, não lhes deixando mais do que a faculdade do bem, de forma que, doravante, eles são forçosamente virtuosos e não imaginam outra felicidade senão a de servir eternamente como vassalos esse terrível senhor.

Todavia, parece que Deus não foi suficientemente instruído por sua primeira experiência, visto que, após a queda de Satã, ele criou o homem e, por cegueira ou maldade, não deixou de lhe conceder esse dom fatal do livre arbítrio que perdeu Satã e que também devia perdê-lo.

O pecado do homem, tanto quanto o de Satã, era fatal, pois havia sido determinado, por toda a eternidade, na presciência divina. Por sinal, sem remontar a tão longe, permitir-nos-emos observar que a simples experiência de um honesto pai de família deveria ter impedido o bom Deus de submeter esses infelizes primeiros homens à famosa tentação. O mais simples pai de família sabe muito bem que basta que se proíba as crianças de tocarem em alguma coisa para que um instinto de curiosidade invencível as force a nela tocar a qualquer custo. Assim, se ele ama seus filhos, e se é realmente justo e bom, poupar-lhes-á esta prova tão inútil quanto cruel.

Deus não teve nem essa razão, nem essa bondade, nem essa justiça, e ainda que soubesse antecipadamente que Adão e Eva deviam sucumbir à tentação, assim que essa falta foi

cometida deixou-se levar por um furor verdadeiramente divino. Não se contentou em amaldiçoar os infelizes desobedientes, amaldiçoou toda sua descendência até o final dos séculos, condenando às tormentas do inferno bilhões de homens que eram evidentemente inocentes, pois não haviam sequer nascido quando a falta foi cometida. Sequer contentou-se em amaldiçoar os homens, amaldiçoou com eles toda a natureza, sua própria criação, que ele mesmo achara tão bem feita.

Se um pai de família tivesse agido da mesma forma, não se o teria declarado louco furioso? Portanto, como é que os teólogos ousaram atribuir a seu Deus o que teriam achado absurdo, cruel, desonroso, anormal, da parte de um homem? Ah, é que eles precisaram deste absurdo! Como é que eles teriam explicado a existência do mal neste mundo, que devia ter saído perfeito das mãos de um operário tão perfeito, deste mundo criado pelo próprio Deus?

Mas, uma vez admitido o pecado do homem, todas as dificuldades são aplanadas e explicadas. Pelo menos é o que pretendem. A natureza, inicialmente perfeita, torna-se de repente imperfeita, toda a máquina se desregula; à harmonia primitiva sucede o choque desordenado das forças; a paz que reinava inicialmente entre todas as espécies de animais dá lugar a uma terrível carnificina, a um devorar mútuo; e o homem, o rei da natureza, a sobrepuja em ferocidade. A terra torna-se o vale de sangue e de lágrimas, e a lei de Darwin — a luta pela existência impiedosa, atroz — triunfa sobre a natureza e a sociedade. O mal ultrapassa o bem, Satã sufoca Deus.

E tudo isso porque os dois primeiros homens, desobedecendo ao Senhor e deixando-se seduzir pela serpente, ousaram provar do fruto proibido!

E uma semelhante inépcia, uma fábula tão ridícula, revoltante, monstruosa, pôde ser seriamente repetida por grandes doutores em teologia durante mais de quinze séculos, melhor dizendo, ainda o é hoje; mas do que isso, ela é oficialmente, obrigatoriamente ensinada em todas as escolas da Europa. O que se deve pensar da espécie humana depois disso? Não têm mil vezes razão aqueles que sustentam que traímos ainda hoje mesmo nosso muito recente parentesco com o gorila?

Mas nisso não se detém o espírito (*palavra ilegível*) dos teólogos cristãos. No pecado do homem e em suas consequências desastrosas, tanto para a natureza quanto para ele mesmo, eles adoraram a manifestação da justiça divina. Em seguida, lembraram-se de que Deus não era somente a justiça, mas era ainda o amor absoluto e, para conciliar uma com o outro, eis o que eles inventaram:

Depois de ter deixado esta pobre humanidade durante alguns milhares de anos sob a ação de sua terrível maldição, que teve por consequência condenar alguns bilhões de seres humanos à tortura eterna, ele sentiu o amor despertar em seu seio, e que fez então? Retirou do inferno os infelizes torturados? Não, absolutamente; teria sido contrário à sua eterna justiça. Mas tinha um filho único; como e porque o tinha é um desses mistérios profundos que os teólogos, que lho deram, declaram impenetrável, o que é uma maneira naturalmente cômoda de escapar do embaraço e de resolver todas as dificuldades. Portanto, esse pai cheio de amor, em sua suprema sabedoria, decide enviar esse filho único à terra, a fim de que se faça matar pelos homens para salvar não as gerações passadas, nem mesmo as gerações futuras, mas, entre essas últimas, como o declara o próprio Evangelho, e como o repete todos os dias a Igreja, tanto católica

quanto protestante, somente um muito pequeno número de eleitos.

E, agora, abre-se o caminho, é como eu disse mais acima, um tipo de corrida, um salve-se-quem-puder para salvar sua alma. Aqui os católicos e os protestantes se dividem: os primeiros sustentam que só se entra no paraíso com a permissão especial do santo-padre, o papa; os protestantes afirmam, por sua vez, que somente a graça imediata e direta do bom Deus abre suas portas. Esta grave discussão continua ainda hoje; não nos intrometeremos nisso.

Resumamos em poucas palavras a doutrina cristã:

Há um Deus: Ser absoluto, eterno, infinito, todo-poderoso; ele é a onisciência, a verdade, a justiça, a beleza e a felicidade, o amor e o bem absolutos. Nele tudo é infinitamente grande, fora dele o Nada. Ele é, no fim de contas, o próprio Ser, o Ser único.

Mas eis que do Nada, — que por isso mesmo parece ter tido uma existência à parte, fora dele, o que implica uma contradição e um absurdo, visto que existindo Deus em todos os lugares, preenchendo com seu ser o espaço infinito, nada, nem mesmo o Nada pode existir fora dele, o que faz crer que o Nada do qual nos fala a Bíblia foi Deus, quer dizer, foi o próprio Ser divino que foi o Nada; — desse Nada, Deus criou o mundo.

Aqui se apresenta naturalmente uma questão. A criação sempre existiu com a eternidade ou foi realizada em dado momento dela. No primeiro caso, ela é eterna como Deus, e não pode ter sido criada nem por Deus, nem por quem quer que seja, pois a idéia da criação implica a precedência do criador à criatura. Como todas as outras idéias teoló-

gicas, a idéia da criação é idéia inteiramente humana, apreendida na prática da sociedade humana. Assim, o relojoeiro cria um relógio, o arquiteto uma casa etc. Em todos os casos o produtor existe antes do produto, fora do produto, e é aí que consiste essencialmente a imperfeição, o caráter relativo e por assim dizer dependente tanto do produtor quanto do produto.

Mas a teologia, como ela sempre faz, por sinal, extraiu esta idéia e este fato, completamente humanos, da produção, e aplicando-o a seu Deus, ampliando-o ao infinito e fazendo-o sair, assim, de suas proporções naturais, fez dele uma imaginação tão monstruosa quanto absurda.

Assim, se a criação é eterna, não é absolutamente criação. O mundo não foi criado por Deus, consequentemente, tem uma existência e um desenvolvimento independentes dele, — a eternidade do mundo é a negação do próprio Deus, — Deus sendo essencialmente o Deus criador.

Dessa maneira, o mundo não é mais eterno, — houve uma época na eternidade em que ele não existia. Assim, passou-se toda uma eternidade durante a qual Deus absoluto, todo-poderoso, infinito, não foi um Deus criador, ou só o foi potencialmente, não de fato.

Por quê o não foi? Teria sido por capricho de sua parte, ou precisava desenvolver-se para chegar finalmente à força efetiva de criar?

São mistérios insondáveis, dizem os teólogos. São absurdos imaginados por vós mesmos, respondemo-lhes. Começais inventando o absurdo, em seguida, imponde-no-lo como um mistério divino, insondável, ainda mais profundo por ser absurdo.

É sempre o mesmo procedimento: *Credo quia absurdum est.**

Uma outra questão: a criação, tal como saiu das mãos de Deus, foi perfeita? Se não o foi, não podia ser a criação de Deus, pois o operário, — é o próprio Evangelho que o diz — é julgado segundo o grau de perfeição de sua obra. Uma criação imperfeita suporia necessariamente um criador imperfeito. Portanto, a criação foi perfeita.

Mas, se o foi, não pode ter sido criada por ninguém, pois a idéia da perfeição absoluta exclui toda idéia de dependência ou mesmo de relação. Fora dela nada poderia existir. Se o mundo é perfeito, Deus não pode existir.

A criação, responderão os teólogos, foi seguramente perfeita, mas somente em relação a tudo o que a natureza ou os homens podem produzir, não em relação a Deus. Ela foi perfeita, sem dúvida, mas não perfeita como Deus.

Responder-lhes-emos novamente que a idéia da perfeição não admite graus, assim como não o admitem a idéia do infinito nem a do absoluto. Não pode haver nesse caso nem mais nem menos. A perfeição é una. Se, portanto, a criação foi menos perfeita do que o criador, ela foi imperfeita. E neste caso voltaremos a dizer que Deus criador de um mundo imperfeito outra coisa não é senão um criador imperfeito, e seria de novo a negação de Deus.

Vê-se que de todas as maneiras a existência de Deus é incompatível com a do mundo. Existindo o mundo, Deus não pode existir. Prossigamos.

Assim, esse Deus perfeito cria um mundo mais ou menos imperfeito. Ele o cria em um dado momento da eter-

nidade, por capricho, sem dúvida para entreter sua majestosa solidão. De outra forma, porque o teria criado? Mistérios insondáveis, exclamam-nos os teólogos. Asneiras insuportáveis, respondemo-lhes.

Mas a Bíblia nos explica os motivos da criação. Deus é um Ser essencialmente vaidoso: criou o céu e a terra para ser por eles adorado e louvado. Outros sustentam que a criação foi o efeito de seu amor infinito. — Por quem? Por um mundo, por seres que não existiam, ou que não existiam antes de sua idéia, o que quer dizer, sempre por ele *.

* Em latim no original. "Creio, ainda que seja absurdo". N. do T.

* O manuscrito se interrompe aqui. Nota de Arthur Lehning.

Três conferências feitas aos operários do vale de Saint-Imier

PRIMEIRA CONFERÊNCIA

Companheiros, desde a grande Revolução de 1789-1793, nenhum dos eventos que a sucederam, na Europa, teve a importância e a grandeza daqueles que acontecem diante de nossos olhos, e dos quais Paris é hoje o teatro.

Dois fatos históricos, duas revoluções memoráveis haviam constituído o que denominamos mundo moderno, o mundo da civilização burguesa. Uma, conhecida sob o nome de Reforma, no começo do século XVI, havia destruído a pedra angular do edifício feudal, a onipotência da Igreja; ao destruir essa força, ela preparou a ruína do poder independente e quase absoluto dos senhores feudais, que, abençoados e protegidos pela Igreja, como os reis, e freqüentemente mesmo contra os reis, faziam proceder seus direitos diretamente da graça divina; e por isso mesmo ela proporcionou um novo desenvolvimento à emancipação da classe burguesa, lentamente preparada, por sua vez, durante os

dois séculos que haviam precedido essa revolução religiosa, pelo desenvolvimento sucessivo das liberdades comunais, e pelo desenvolvimento do comércio e da indústria que haviam sido ao mesmo tempo sua condição e sua conseqüência necessárias.

Desta revolução surgiu uma nova potência, não ainda a da burguesia, mas a do Estado, monárquico, constitucional e aristocrático na Inglaterra, monárquico, absoluto, nobiliário, militar e burocrático em todo o continente da Europa, com exceção de duas pequenas repúblicas, a Suíça e a Holanda.

Deixemos, por gentileza, estas duas repúblicas de lado, e ocupemo-nos das monarquias. Examinemos as relações das classes, sua situação política e social depois da Reforma.

A todo senhor toda honra, começemos, portanto, pela dos padres; e sob este nome de padres não entendo somente os da Igreja católica, mas também os ministros protestantes, em resumo, todos os indivíduos que vivem do culto divino e que nos vendem o Bom Deus tanto por atacado quanto no varejo. Quanto às diferenças teológicas que os separam, elas são tão sutis e ao mesmo tempo tão absurdas que seria uma vã perda de tempo ocupar-nos com elas.

Antes da Reforma, a Igreja e os padres, o papa encabeçando, eram os verdadeiros senhores da terra. Segundo a doutrina da Igreja, as autoridades temporais de todos os países, os monarcas mais poderosos, os imperadores e os reis, só tinham direitos na medida em que estes tivessem sido reconhecidos e consagrados pela Igreja. Sabe-se que os dois últimos séculos da Idade Média foram ocupados pela luta cada vez mais ardente e triunfante dos soberanos coroados contra o papa, dos Estados contra a Igreja. A Reforma pôs fim a esta luta, proclamando a independência dos

Estados. O direito do soberano foi reconhecido como procedendo imediatamente de Deus, sem a intervenção do papa nem de nenhum outro padre, e naturalmente, graças a essa proveniência celestial, foi declarado absoluto. Foi assim que sobre as ruínas do despotismo da Igreja foi erigido o edifício do despotismo monárquico. A Igreja, depois de ter sido o senhor, tornou-se a serva do Estado, um instrumento de governo nas mãos do monarca.

Ela tomou esta atitude não somente nos países protestantes, onde, sem excetuar a Inglaterra, e especialmente pela Igreja anglicana, o monarca foi declarado o chefe da Igreja, mas ainda em todos os países católicos, sem excetuar sequer a Espanha. O poderio da Igreja romana, quebrado pelos terríveis golpes que a Reforma lhe desferiu, só se pôde apoiar daí em diante nela mesma. Para manter sua existência ela precisou da assistência dos soberanos temporais dos Estados. Mas os soberanos, como se sabe, nunca dão sua assistência a troco de nada. Eles nunca tiveram outra religião sincera, outro culto senão o de seu poderio e de suas finanças, estas últimas sendo ao mesmo tempo o meio e o objetivo do primeiro. Assim, para comprar o apoio dos governos monárquicos, a Igreja devia provar-lhes que ela era capaz e desejosa de servi-los. Antes da Reforma, ela havia muitas vezes insurgido os povos contra os reis. Depois da Reforma, tornou-se, em todos os países, sem excetuar sequer a Suíça, a aliada dos governos contra os povos, um tipo de polícia negra, nas mãos dos homens de Estado e das classes governantes, dando-se por missão pregar às massas populares a resignação, a paciência, a obediência consequentemente, e a renúncia aos bens e às fruições desta terra, que o povo, segundo ela dizia, deve abandonar aos felizes e aos poderosos da terra, a fim de assegurar para si mesmo os tesouros celestes. Como sabeis, ainda hoje, todas as Igrejas cristãs,

católica e protestantes, continuam a pregar neste sentido. Felizmente, elas são cada vez menos ouvidas, e podemos prever o momento em que serão forçadas a fechar seus estabelecimentos por falta de fiéis, ou, o que quer dizer a mesma coisa, por falta de trouxas.

Vejamos agora as transformações que se efetuaram na classe feudal, na nobreza, após a Reforma. Ela permanecera a proprietária privilegiada e mais ou menos exclusiva da terra, mas havia perdido toda sua independência política. Antes da Reforma havia sido, assim como a Igreja, a rival e a inimiga do Estado. Depois dessa revolução, tornou-se a serva, assim como a Igreja, e, como ela, uma serva privilegiada. Todas as funções militares e civis do Estado, exceetuando as menos importantes, foram ocupadas por nobres. As cortes dos grandes e mesmo dos pequenos monarcas da Europa foram preenchidas por eles. Os maiores senhores feudais, outrora tão independentes e tão orgulhosos, tornaram-se os criados titulados dos soberanos. Perderam seu orgulho e sua independência, mas conservaram toda sua arrogância. Pode-se até mesmo dizer que ela aumentou, sendo a arrogância o vício privilegiado dos lacaios. Vis, rastejantes, servis na presença do soberano, tornaram-se ainda mais insolentes em relação aos burgueses e ao povo, que continuaram a pilhar, não mais em seu próprio nome e no do direito divino, mas com a permissão e a serviço de seus senhores, e sob o pretexto do maior interesse do Estado. Esse caráter e essa situação particular da nobreza conservaram-se quase integralmente, mesmo em nossos dias, na Alemanha, país estranho e que parece ter o privilégio de sonhar com as coisas mais belas, mais nobres, para realizar somente as mais abjetas e as mais infames. Prova disso são os barbarismos ignóbeis, atrozes, da última guerra, a formação bem recente desse terrível Império cnuto-germânico, que

é incontestavelmente uma ameaça à liberdade de todos os países da Europa, um desafio lançado a toda a humanidade pelo despotismo brutal de um imperador-policial e soldado ao mesmo tempo, e pela estúpida insolência de sua canalha nobiliária.

Pela Reforma, a burguesia viu-se completamente liberta da tirania e da pilhagem dos senhores feudais, enquanto bandidos ou ladrões independentes e privados; mas ela se viu entregue a uma nova tirania e a uma nova pilhagem, dourante regularizadas, sob o nome de impostos ordinários e extraordinários do Estado, por esses mesmos senhores tornados servidores, quer dizer, bandoleiros e ladrões legítimos, do Estado. Esta transição da pilhagem feudal à pilhagem muito mais regular e mais sistemática do Estado pareceu inicialmente satisfazer a classe média. Deve-se concluir disso que foi inicialmente para ela um verdadeiro alívio de sua situação econômica e social. Mas o apetite vem do comer, diz o provérbio. Os impostos dos Estados, de início bastante modestos, aumentaram a cada ano, em uma proporção inquietante, não tão formidável, entretanto, quanto nos Estados monárquicos de nossos dias. As guerras, pode-se dizer, incessantes, que esses Estados, tornados absolutos, fizeram entre si, a pretexto de equilíbrio internacional, desde a Reforma até a Revolução de 1789; a necessidade de manter grandes exércitos permanentes, que dalí em diante tornaram-se a base principal da conservação dos Estados; o luxo crescente das cortes dos soberanos, transformadas em orgias permanentes, e onde a canalha nobiliária, toda a criadagem titulada, ornamentada, vinha mendigar pensões de seus senhores; a necessidade de alimentar toda essa multidão privilegiada que preenchia as mais altas funções no exército, na burocracia e na polícia, tudo isto exigiu enormes gastos. Esses gastos foram pagos, naturalmente, antes de todos os

demais, pelo povo, mas também pela classe burguesa, que, até a Revolução, foi também, senão no mesmo grau que o povo, considerada como uma vaca leiteira, não possuindo outra finalidade senão sustentar o soberano e alimentar essa multidão inumerável de funcionários privilegiados. A Reforma, por sinal, fez a classe média perder em liberdade talvez o dobro do que ela lhe deu em segurança. Antes da Reforma, ela havia sido geralmente a aliada e o sustentáculo indispensável dos reis em sua luta contra a Igreja e senhores feudais, e havia habilmente se aproveitado para conquistar um certo grau de independência e de liberdade. Mas a partir do momento que a Igreja e os senhores feudais subjugaram-se ao Estado, os reis, não necessitando mais dos serviços da classe média, privaram-na, pouco a pouco, de todas as liberdades que lhe tinham outrora outorgado.

Se tal foi a situação da classe burguesa após a Reforma, pode-se imaginar qual deve ter sido a das massas populares, dos camponeses e dos operários das cidades. Os camponeses da Europa central, na Alemanha, na Holanda, até mesmo parcialmente na Suíça, como se sabe, fizeram, no começo do século dezesseis e da Reforma, um movimento grandioso para se emancipar, ao grito de "Guerra aos castelos e paz às choupanas". Esse movimento, traído pela classe burguesa, e amaldiçoado pelos chefes do protestantismo burguês, Lutero e Melanchthon, foi sufocado no sangue de várias dezenas de milhares de camponeses insurretos. Daí em diante, os camponeses viram-se, mais do que nunca, ligados à gleba, servos de direito, escravos de fato, e permaneceram neste estado até a revolução de 1789-1793 na França, até 1807 na Prússia, e até 1848 em quase todo o resto da Alemanha. Em diversas partes do norte da Alemanha, e especialmente em Mecklenburgo, a servidão existe ainda hoje, mesmo que já tenha cessado de existir inclusive na Rússia.

O proletariado das cidades não foi muito mais livre do que os camponeses. Ele se dividia em duas categorias, a dos operários, que faziam parte das corporações, e a do proletariado, em nada organizada. A primeira estava atada, immobilizada, em seus movimentos e em sua produção, por uma grande quantidade de regulamentos que a escravizava aos chefes das corporações, aos patrões. A segunda, privada de todo direito, era oprimida e explorada por todo mundo. A maior massa de impostos, como sempre, recaía necessariamente sobre o povo.

Essa ruína e essa opressão geral das massas operárias, e da classe burguesa em parte, tinham por pretexto e por objetivo declarado a grandeza, o poder, a magnificência do Estado monárquico, nobiliário, burocrático e militar, Estado que na adoração oficial havia tomado o lugar da Igreja, e era proclamado como uma instituição divina. Houve, portanto, uma moral do Estado, totalmente diferente, ou melhor, totalmente oposta à moral privada dos homens. Na moral privada, enquanto não está absolutamente viciada pelos dogmas religiosos, há um fundamento eterno, mais ou menos reconhecido, compreendido, aceito e realizado em cada sociedade humana. Esse fundamento nada mais é senão o respeito humano, o respeito pela dignidade humana, pelo direito e pela liberdade de todos os indivíduos humanos. Respeitá-los, eis o dever de todos; amá-los e incitá-los, eis a virtude; violá-los, ao contrário, é crime. A moral do Estado é completamente oposta a essa moral humana. O Estado se afirma a todos os seus súditos como o objetivo supremo. Servir seu poderio, sua grandeza, por todos os meios possíveis e impossíveis, e contrariamente até mesmo a todas as leis humanas e ao bem da humanidade, eis a virtude. Assim, tudo que contribui para o poder e a ampliação do Estado, é o bem; tudo que lhe é contrário, mesmo que seja a ação mais

virtuosa, a mais nobre do ponto de vista humano, é o mal. Eis porque os homens de Estado, os diplomatas, os ministros, todos os funcionários do Estado, sempre se serviram de crimes, de mentiras e traições infames para servir o Estado. A partir do momento que uma vilania é cometida a serviço do Estado, ela se torna ação meritória. Tal é a moral do Estado. É a própria negação da moral humana e da humanidade.

A contradição reside na própria noção de Estado. O Estado universal, jamais tendo podido realizar-se, implica que todo Estado seja um ser restrito, compreendendo um território limitado e um número mais ou menos restrito de governados. A imensa maioria da espécie humana permanece, portanto, fora de cada Estado, e a humanidade inteira está dividida entre um grande número de Estados grandes, médios ou pequenos, dentre os quais, cada um deles, apesar de só abraçar uma parte muito restrita da espécie humana, proclama-se e apresenta-se como o representante de toda a humanidade e como algo absoluto. Dessa forma, tudo o que resta fora dele, todos os outros Estados, com seus governados e a propriedade de seus governados, são considerados, por cada Estado, como seres privados de toda sanção, de todo direito, e consequentemente, pensa ter o direito de atacar, conquistar, massacrar, pilhar, tanto quanto seus meios e suas forças o permitam. Sabeis, caros companheiros, que nunca se conseguiu estabelecer um direito internacional, e nunca se pôde fazê-lo precisamente porque, do ponto de vista do Estado, tudo o que está fora do Estado é privado de direito. Assim, basta que um Estado declare guerra a outro para que ele permita, ou melhor, para que ordene a seus próprios governados que cometam contra os governados do Estado inimigo todos os crimes possíveis: o assassinato, o estupro, o roubo, a destruição, o incêndio, a pilhagem.

E todos esses crimes são reputados como abençoados pelo Deus dos cristãos, que cada um dos Estados beligerantes considera e proclama seu partidário, à exclusão do outro, — o que naturalmente deve colocar em grande embaraço esse pobre Bom Deus, em nome do qual os crimes mais hediondos foram e continuam a ser cometidos sobre a terra. Eis porque somos inimigos do Bom Deus, e consideramos esta ficção, este fantasma divino, como uma das principais fontes dos males que atormentam os homens.

Eis porque somos igualmente adversários exacerbados do Estado e de todos os Estados. Enquanto houver Estados, não haverá humanidade, e enquanto houver Estados, a guerra e os horríveis crimes da guerra, e a ruína, a miséria dos povos, que são suas consequências inevitáveis, serão permanentes.

Enquanto os Estados existirem, as massas populares, mesmo nas repúblicas mais democráticas, serão escravas de fato, pois elas não trabalharão com vistas em sua própria felicidade e sua própria riqueza, mas para o poderio e para a riqueza do Estado. E o que é o Estado? Sustenta-se que é a expressão e a realização da utilidade, do bem, do direito e da liberdade de todo mundo. Pois bem, aqueles que sustentam isso mentem, assim como mentem aqueles que declaram que o Bom Deus é o protetor de todo mundo. Desde que a fantasia de um Ser divino se formou na imaginação dos homens, Deus, todos os deuses, e entre eles, sobretudo, o Deus dos cristãos, sempre tomou partido pelos fortes e pelos ricos contra as massas ignorantes e miseráveis. Ele abençou, por intermédio de seus padres, os privilégios mais revoltantes, as opressões e as explorações mais infames.

Do mesmo modo, o Estado outra coisa não é senão a garantia de todas as explorações em proveito de um pe-

queno número de felizes privilegiados, em detrimento das massas populares. Ele se serve da força coletiva e do trabalho de todos para assegurar a felicidade, a prosperidade e os privilégios de alguns, em detrimento do direito humano de todos. É um estabelecimento onde a minoria desempenha o papel de martelo e a maioria representa a bigorna.

Até a grande Revolução, a classe burguesa, ainda que em grau menor do que as massas populares, tinha feito parte da bigorna. E foi por este motivo que ela foi revolucionária.

Sim, ela foi revolucionária. Ousou se revoltar contra todas as autoridades divinas e humanas, e questionou Deus, os reis, o papa. Atacou sobretudo a nobreza, que ocupava, no Estado, um lugar que ela ardia de impaciência em ocupar, por sua vez. Mas não, eu não quero ser injusto, e não posso de forma alguma sustentar que, em seus magníficos protestos contra a tirania divina e humana, que tenha sido conduzida e incitada unicamente por um pensamento egoísta. A força das coisas, a própria natureza de sua organização particular, a tinham levado instintivamente a tomar o poder. Mas como ainda não possuía a consciência do abismo que a separa realmente das massas operárias que explora, como essa consciência ainda não havia despertado no próprio seio do proletariado, a burguesia, representada, nesta luta contra a Igreja e o Estado, por seus mais nobres espíritos e por suas maiores qualidades, acreditou de boa fé que trabalhava igualmente para a emancipação de todos.

Os dois séculos que separam as lutas da Reforma religiosa daquelas da grande Revolução foram o período heróico da classe burguesa. Tornada poderosa pela riqueza e pela inteligência, atacou audaciosamente todas as instituições respeitadas da Igreja e do Estado. Ela minou tudo, inicialmente pela literatura e pela crítica filosófica; mais tarde,

derrubou tudo pela revolta aberta. Foi ela quem fez a revolução de 1789 e de 1793. Sem dúvida só pôde fazê-la servindo-se da força popular; mas foi ela quem organizou essa força e que a dirigiu contra a Igreja, contra a realeza e contra a nobreza. Foi ela quem pensou, e quem tomou a iniciativa de todos os movimentos que o povo executou. A burguesia tinha fé em si mesma, sentia-se poderosa porque sabia que atrás dela, com ela, havia o povo.

Se alguém compara os gigantes do pensamento e da ação emanados da classe burguesa no século XVIII, com as maiores celebridades, com os célebres anões vaidosos que a representam em nossos dias, poder-se-á convencer da decadência, da queda terrível que se produziu nessa classe. No século XVIII ela era inteligente, audaciosa, heróica. Hoje, mostra-se covarde e estúpida. outrora, cheia de fé, tudo ousava e tudo podia. Hoje, atormentada pela dúvida, e desmoralizada por sua própria iniqüidade, que está mais em sua situação do que em sua vontade, oferece-nos o quadro da mais vergonhosa impotência.

Os recentes eventos da França provam-no muito bem. A burguesia se mostra totalmente incapaz de salvar a França. Ela preferiu a invasão dos prussianos à revolução popular, única a poder operar essa salvação. Ela deixou cair de suas débeis mãos a bandeira dos progressos humanos, a da emancipação universal. E o proletariado de Paris hoje nos prova que os trabalhadores são doravante os únicos capazes de portá-la.

Em uma próxima sessão, cuidarei de demonstrá-lo.

SEGUNDA CONFERÊNCIA

Caros companheiros, eu vos disse da outra vez que dois grandes eventos históricos haviam fundado a força da burguesia: a revolução religiosa do século XVI, conhecida sob o nome de Reforma, e a grande Revolução política do século passado. Acrescentei que esta última, realizada certamente pela força do braço popular, havia sido iniciada e dirigida exclusivamente pela classe média. Devo também vos provar, agora, que foi também a classe média, exclusivamente, que se aproveitou disso.

E, todavia, o programa dessa Revolução, à primeira vista, parece imenso. Ela não se realizou em nome da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade da espécie humana, três palavras que parecem abraçar tudo o que no presente e no futuro a humanidade pode desejar e realizar? Como é possível, portanto, que uma Revolução que se havia anunciado de maneira tão ampla tenha resultado miseravelmente na emancipação exclusiva, restrita e privilegiada, de uma

única classe, em detrimento desses milhões de trabalhadores que se encontram hoje esmagados pela prosperidade insolente e iníqua dessa classe?

Ah! É que esta Revolução foi apenas uma revolução política. Ela havia audaciosamente derrubado todas as barreiras, todas as tiranias políticas, mas havia deixado intactas — havia inclusive proclamado sagradas e invioláveis — as bases econômicas da sociedade, que foram a fonte eterna, o fundamento principal de todas as iniquidades políticas e sociais, de todos os absurdos religiosos passados e presentes. Ela havia proclamado a liberdade de cada um e de todos, ou melhor, havia proclamado o direito de ser livre para cada um e para todos. Mas ela havia dado realmente os meios de realizar esta liberdade e de usufruir delas somente aos proprietários, aos capitalistas, aos ricos.

“A pobreza é a escravidão!”

Eis as terríveis palavras que, com sua voz simpática, emanada da experiência e do coração, nosso amigo Clément* nos repetiu várias vezes, nestes poucos dias que tenho a felicidade de passar em vosso meio, caros companheiros e amigos.

Sim, a pobreza é a escravidão, é a necessidade de vender seu trabalho, e com seu trabalho sua pessoa, ao capitalista que vos dá o meio de não morrer de fome. É preciso ter realmente o espírito interessado na mentira dos Senhores burgueses para ousar falar da liberdade política das massas operárias! Bela liberdade essa que os escraviza aos capri-

* Sylvain Clément, fotógrafo em Saint-Imier. Deve-se-lhe uma foto de Bakunin, tirada em maio de 1871, no momento das “Três Conferências”. Em julho desse mesmo ano, ele entrou para o Comitê Federal Jurassiano. Nota de Arthur Lehning.

chos do capital e os acorrenta, à vontade do capitalista, pela fome! Caros amigos, seguramente não preciso vos provar, a vós que aprendestes a conhecer por longa e dura experiência as misérias do trabalho, que enquanto o capital permanecer de um lado, e o trabalho do outro, o trabalho será o escravo do capital, e os trabalhadores, os governados dos Senhores burgueses, que vos dão por irrigação todos os direitos políticos, todas as aparências da liberdade, para conservar a realidade desta liberdade exclusivamente para eles mesmos.

O direito à liberdade, sem os meios de realizá-la, é apenas uma quimera. E amamos muito a liberdade para nos contentarmos com sua fantasia, não é verdade? Nós desejamos sua realidade. Mas o que constitui o fundamento real e a condição positiva da liberdade? É o desenvolvimento integral e a plena fruição de todas as faculdades corporais, intelectuais e morais para todos. São, consequentemente, todos os meios materiais necessários à existência humana de todos; são, em seguida, a educação e a instrução. Um homem que morre de inanição, que se encontra esmagado pela miséria, que se acaba, a cada dia, de frio e de fome, e que, vendo sofrer todos aqueles a quem ama, não pode socorrê-los, não é um homem livre, é um escravo. Um homem condenado a permanecer toda sua vida um ser brutal, por falta de educação humana, um homem privado de instrução, um ignorante, é necessariamente um escravo; e se ele exerce direitos políticos, podeis estar certos de que, de uma maneira ou de outra, os exercerá sempre contra ele mesmo, em proveito de seus exploradores, de seus senhores.

A condição negativa da liberdade é a seguinte: nenhum homem deve obediência a outro; ele só é livre sob a condição de que todos seus atos sejam determinados, não pela vontade de outros homens, mas por suas próprias vontade e convic-

ções. Mas um homem a quem a fome obriga a vender seu trabalho, e, com seu trabalho, sua pessoa, pelo mais baixo valor possível, ao capitalista que consente em explorá-lo; um homem que sua própria brutalidade e sua ignorância abandonam à mercê de seus sábios exploradores, será, necessariamente e sempre, um escravo.

Não é tudo. A liberdade dos indivíduos não é absolutamente um fato individual, é um fato, um produto, coletivo. Nenhum homem poderia ser livre fora e sem o concurso de toda a sociedade humana. Os individualistas, ou os pseudos-irmãos socialistas, que combatemos em todos os congressos de trabalhadores, sustentaram, com os moralistas e os economistas burgueses, que o homem podia ser livre, que ele podia ser homem, fora da sociedade, dizendo que a sociedade tinha sido fundada por um livre contrato de homens anteriormente livres.

Essa teoria, proclamada por J.-J. Rousseau, o escritor mais nocivo do século passado, o sofista que inspirou todos os revolucionários burgueses, essa teoria denota uma completa ignorância, tanto da natureza quanto da história. Não é no passado, nem no presente que devemos buscar a liberdade das massas, é no futuro, — em um futuro próximo: é nessa jornada de amanhã que devemos criar, nós mesmos, pela força de nosso pensamento, de nossa vontade, mas também pela força de nossos braços. Antes de nós, nunca houve livre contrato, só houve brutalidade, estupidez, iniqüidade e violência, — e ainda hoje, vós o sabeis muito bem, esse pretenso livre contrato denomina-se pacto de fome, a escravidão da fome para as massas e a exploração da fome para as minorias que nos devoram e nos oprimem.

A teoria do livre contrato é igualmente falsa do ponto de vista da natureza. O homem não cria voluntariamente

a sociedade: ele nasce involuntariamente nela. Ele é por excelência um animal social. Só pode se tornar um homem, isto é, um animal pensante, falante, amando e desejando, em sociedade. Imaginai o homem dotado pela natureza das faculdades mais geniais, jogado desde sua primeira infância fora de toda sociedade humana, em um deserto. Se ele não perecer miseravelmente, o que é o mais provável, outra coisa não será senão um animal, um macaco, privado de fala e de pensamento, — pois o pensamento é inseparável da fala: ninguém pode pensar sem palavras. Mesmo quando, perfeitamente isolado, encontrai-vos sozinho, para pensar deveis fazer uso de palavras; bem podeis ter imaginações representativas das coisas, mas tão logo desejaí pensar uma coisa, deveis vos servir de palavras, pois somente as palavras determinam o pensamento e dão às representações fugitivas, aos instintos, o caráter de pensamento. O pensamento não existe antes da fala, nem a fala antes do pensamento; estas duas formas de um mesmo ato do cérebro humano nascem juntas. Assim, nada de pensamento sem fala. Mas o que é a fala? É a comunicação, é a conversação de um indivíduo humano com muitos outros indivíduos. O homem animal só se transforma em ser humano, quer dizer, pensante, pela conversação, nesta conversação. Sua individualidade, enquanto humana, sua liberdade, é, portanto, produto da coletividade.

O homem só se emancipa da pressão tirânica, que sobre todos exerce a natureza exterior, pelo trabalho coletivo; isto porque o trabalho individual, impotente e estéril, nunca poderia vencer a natureza. O trabalho produtivo, aquele que criou todas as riquezas e toda a nossa civilização, sempre foi um trabalho social, coletivo; apenas, até o presente, ele foi iniqüamente explorado por indivíduos em detrimento das massas operárias. Da mesma forma, a educação e a instrução que desenvolvem o homem, essa educação e essa instrução

das quais os Senhores burgueses são tão orgulhosos, e que vertem com tanta parcimônia sobre as massas populares, são igualmente produtos de toda a sociedade. O trabalho e, direi até mesmo mais, o pensamento intuitivo do povo as criam, mas eles as criaram, até agora, unicamente em proveito dos indivíduos burgueses. É, portanto, ainda uma exploração de trabalho coletivo por indivíduos que não possuem nenhum direito a fazê-la.

Tudo o que é humano no homem, e mais do que qualquer outra coisa, a liberdade, é o produto de trabalho social, coletivo. Ser livre no isolamento absoluto é absurdo inventado pelos teólogos e metafísicos, que substituíram a sociedade dos homens pela de sua fantasia, de Deus. Todos, dizem eles, se sentem livres na presença de Deus, quer dizer, do vazio absoluto, do nada; é, portanto, a liberdade do nada, ou então, o nada da liberdade, a escravidão. Deus, a ficção de Deus, foi historicamente a fonte moral, ou melhor, imoral, de todas as escravizações.

Quanto a nós, que não queremos nem fantasias, nem nada, mas a realidade humana viva, reconhecemos que o homem só pode sentir-se e se saber livre — e, consequentemente, só pode realizar sua liberdade — no meio dos homens. Para ser livre, necessito ver-me rodeado, e reconhecido como tal, por homens livres. Só sou livre quando minha personalidade, refletindo-se, como em inúmeros espelhos, na consciência igualmente livre de todos os homens que me cercam, retorna-me reforçada pelo reconhecimento de todos. A liberdade de todos, longe de ser um limite da minha, como sustentam os individualistas, é, ao contrário, sua confirmação, sua realização, e sua extensão infinita. Desejar a liberdade e a dignidade humana de todos os homens, ver e sentir minha liberdade confirmada, sancionada, infinitamente am-

pliada pelo assentimento de todos, eis a felicidade, o paraíso humano sobre a terra.

Mas esta liberdade só é possível na igualdade. Se há um ser humano mais livre do que eu, torno-me forçosamente seu escravo; se o sou mais do que ele, ele será o meu. Assim, a igualdade é uma condição absolutamente necessária da liberdade.

Os burgueses revolucionários de 1793 compreenderam muito bem essa necessidade lógica. Desta forma, a palavra *Igualdade* aparece como o segundo termo em sua fórmula revolucionária: *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*. Mas que igualdade? A igualdade diante da lei, a igualdade dos direitos políticos, a igualdade dos cidadãos no Estado. Observai bem este termo, igualdade dos cidadãos, não a dos homens; isso porque o Estado não reconhece em absoluto os homens, só reconhece os cidadãos. Para ele, o homem só existe enquanto exerce — ou que, por pura ficção, supõem-se exercer — os direitos políticos. O homem que é esmagado pelo trabalho forçado, pela miséria, pela fome, o homem que é socialmente oprimido, economicamente explorado, esmagado, e que sofre, não existe absolutamente para o Estado, que ignora seus sofrimentos e sua escravidão econômica e social, sua servidão real que se esconde sob as apariências de uma liberdade política mentirosa. É, portanto, a igualdade política, não a igualdade social.

Meus caros amigos, vós todos sabeis, por experiência, o quanto essa pretensa igualdade política não fundada sobre a igualdade econômica e social é enganadora. Em um Estado amplamente democrático, por exemplo, todos os homens que alcançaram a maioria, e que não se encontram sob os efeitos de uma condenação criminal, possuem o direito, e até mesmo, acrescentemos, o dever, de exercer todos os

direitos políticos e de exercer todas as funções para as quais pode designá-los a confiança de seus concidadãos. O último homem do povo, o mais pobre, o mais ignorante, pode e deve exercer todos esses direitos e ocupar todas essas funções: pode-se imaginar uma igualdade mais ampla do que essa? Sim, ele o deve, o pode legalmente; mas, na realidade, isso lhe é impossível. Esse poder é apenas facultativo para os homens que fazem parte das massas populares, mas ele não se torna, nunca poderá se tornar real para eles a não ser por uma transformação radical das bases econômicas da sociedade, — ou seja, a menos que ocorra uma revolução social. Esses pretensos direitos políticos exercidos pelo povo são, portanto, apenas uma vã ficção.

Estamos cansados de todas as ficções, tanto religiosas quanto políticas. O povo está cansado de se nutrir de fantasias e fábulas. Esse alimento não engorda. Hoje, ele pede a realidade. Vejamos o que há de real, para ele, no exercício dos direitos políticos.

Para desempenhar conscientemente as funções, e principalmente as mais altas funções, do Estado, é preciso possuir, de saída, um bem elevado grau de instrução. O povo carece absolutamente dessa instrução. É sua culpa? Não, é culpa das instituições. O grande dever de todos os Estados verdadeiramente democráticos é disseminar amplamente a instrução no povo. Há sequer um Estado que o tenha feito? Não falemos dos Estados monárquicos, que possuem interesse evidente em disseminar não a instrução, mas o veneno do catecismo cristão nas massas. Falemos dos Estados republicanos e democráticos, como os Estados Unidos da América e a Suíça. Certamente, deve-se reconhecer que esses dois Estados fizeram mais do que todos os outros pela instrução popular. Mas alcançaram o objetivo, apesar de toda a sua boa vontade? Foi possível, a eles, dar indistintamente a todas

as crianças que nascem em seu seio igual instrução? Não, é impossível. Para os filhos dos burgueses, a instrução superior, para os filhos do povo somente a instrução primária, e, em raras ocasiões, um pouco de instrução secundária. Por que esta diferença? Pela simples razão de que os homens do povo, os trabalhadores dos campos e das cidades, não possuem o meio de sustentar, quer dizer, alimentar, vestir, alojar seus filhos, durante toda a duração de seus estudos. Para se dedicar a uma instrução científica, é preciso estudar até a idade de vinte e um anos, e algumas vezes até os vinte e cinco anos. Pergunto-vos, quais são os operários que estão em condições de sustentar por tanto tempo seus filhos? Este sacrifício está acima de suas forças, visto que eles não têm nem capitais, nem propriedade, e porque vivem o dia-a-dia de seu salário, que mal dá para o sustento de uma família numerosa.

É ainda preciso dizer, caros companheiros, que vós, trabalhadores das Montanhas, operários em uma profissão que a produção capitalista, quer dizer, a exploração dos grandes capitais, ainda não conseguiu absorver, vós sois, comparativamente, muito felizes. Trabalhando em pequenos grupos em vossas oficinas, e freqüentemente até mesmo trabalhando em vossas casas, ganhais muito mais do que se ganha nos grandes estabelecimentos industriais que empregam centenas de operários; vosso trabalho é inteligente, artístico, não embrutece como aquele que se faz pelas máquinas. Vossa habilidade, vossa inteligência servem para alguma coisa. E além do mais, tendes muito mais lazer e liberdade relativa; é por isso que sois mais instruídos, mais livres e mais felizes do que os outros.

Nas imensas fábricas estabelecidas, dirigidas e exploradas pelos grandes capitais, e nas quais são as máquinas, não os homens, que desempenham o papel principal, os

operários se tornam necessariamente miseráveis escravos, — de tal forma miseráveis que, na maioria das vezes, são forçados a condenar seus pobres filhinhos, com seis anos apenas, a trabalharem doze, quatorze, dezesseis horas por dia, por alguns miseráveis trocados. E o fazem não por cupidez, mas por necessidade. Sem isso, não seriam capazes de prover o mínimo a suas famílias.

Eis a instrução que eles lhes podem dar. Não acredito que deva perder mais tempo com palavras para vos provar, caros companheiros, a vós que o sabeis tão bem pela experiência e que já estais tão profundamente convencidos de que, *enquanto o povo trabalhar não para ele mesmo, mas para enriquecer os detentores da propriedade e do capital*, a instrução que poderá dar a seus filhos sempre será infinitamente inferior àquela dos filhos da classe burguesa.

Eis, portanto, uma grande e funesta desigualdade social que necessariamente encontrareis na própria base da organização dos Estados: uma massa forçosamente ignorante, e uma minoria privilegiada que, se nem sempre é muito inteligente, é pelo menos, comparativamente, muito instruída. É fácil tirar esta conclusão. A minoria instruída governará eternamente as massas ignorantes.

Não se trata somente da desigualdade natural dos indivíduos; é uma desigualdade à qual somos forçados a nos resignar. Um tem uma organização mais feliz do que o outro; um nasce com uma faculdade natural de inteligência e de vontade maior do que os outros. Mas apresso-me em acrescentar: essas diferenças não são absolutamente tão grandes quanto se quer fazer crer. Mesmo do ponto de vista natural, os homens são aproximadamente iguais, as qualidades e os defeitos se compensam a grosso modo em cada um. Só há duas exceções a esta lei de igualdade natural: são os homens de gênio e os idiotas. Mas as exceções não fazem

a regra, e, em geral, pode-se dizer que todos os indivíduos humanos se valem, e que, se existem diferenças enormes entre os indivíduos na sociedade atual, elas têm sua origem na desigualdade monstruosa da educação e da instrução, e não na natureza.

A criança dotada das maiores faculdades, mas nascida em família pobre, em uma família de trabalhadores, vivendo o dia-a-dia de seu rude trabalho quotidiano, vê-se condenada à ignorância, que, ao invés de desenvolvê-las, mata todas as suas faculdades naturais: ela será o trabalhador, o operário, aquele forçado a sustentar e alimentar burgueses que, naturalmente, são muito mais estúpidos do que ela. O filho do burguês, ao contrário, o filho do rico, por mais parvo que seja naturalmente, receberá a educação e a instrução necessárias para desenvolver, na medida do possível, suas pobres faculdades: ele será um explorador do trabalho, o senhor, o patrão, o legislador, o governador, — um Senhor. Por mais parvo que seja, fará leis para o povo, contra o povo, e governará as massas populares.

Em um Estado democrático, dir-se-á, o povo só escolherá os bons. Mas como reconhecerá os bons? Ele não possui nem a instrução necessária para julgar o bom e o mau, nem o lazer necessário para aprender a conhecer os homens que se propõem à sua eleição. Esses homens vivem, por sinal, em uma sociedade diferente da sua: eles só vêm tirar seu chapéu diante de Sua Majestade, o povo soberano, no momento das eleições, e, uma vez eleitos, viram-lhe as costas. Por sinal, pertencentes à classe privilegiada, à classe exploradora, por mais excelentes que sejam como membros de suas famílias e de sua sociedade, serão sempre maus para o povo, porque, naturalmente, sempre desejarão conservar esses privilégios que constituem a própria base de sua

existência social, e que condenam o povo a uma eterna escravidão.

Mas porque o povo não envia para as assembléias legislativas e para o governo seus homens, homens do povo? — Antes de mais nada, porque os homens do povo, tendo de viver do trabalho de seus braços, não têm tempo para se dedicarem exclusivamente à política; e, não podendo fazê-lo, sendo, na maioria das vezes, ignorantes quanto a questões políticas e econômicas tratadas nessas altas esferas, eles serão quase sempre trouxas dos advogados e dos políticos burgueses. E, em seguida, porque bastará, na maioria das vezes, que esses homens do povo entrem para o governo para se tornarem, por sua vez, burgueses, às vezes até mesmo mais detestáveis e mais desdenhosos do povo dos quais emanaram do que os próprios burgueses de nascimento.

Vêde, portanto, que a igualdade política, mesmo nos Estados mais democráticos, é uma mentira. O mesmo acontece com a igualdade jurídica, a igualdade diante da lei. A lei é feita pelos burgueses, para os burgueses, e é exercida pelos burgueses contra o povo. O Estado e a lei que o exprime só existem para eternizar a escravidão do povo em proveito dos burgueses.

Por sinal, vós o sabeis, quando vos encontrais lesados em vossos interesses, em vossa honra, em vossos direitos, e que desejais abrir um processo, para fazê-lo deveis inicialmente provar que estais em condição de pagar as despesas processuais, o que significa que deveis depositar uma soma de . . . E se não tendes condições de efetuar o depósito, não podeis abrir o processo. Mas o povo, a maioria dos trabalhadores, possui somas para depositar no tribunal? Na maioria das vezes, não. Assim, o rico poderá vos atacar,

vos insultar impunemente, — pois não há absolutamente justiça para o povo.

Enquanto não houver nenhuma igualdade econômica e social, enquanto uma minoria qualquer puder tornar-se rica, proprietária, capitalista, não pelo próprio trabalho individual, mas pela herança, a igualdade política será uma mentira. Sabeis qual é a verdadeira definição da propriedade hereditária? É a faculdade hereditária de explorar o trabalho coletivo do povo e de escravizar as massas.

Eis o que os maiores heróis da Revolução de 1793, nem Danton, nem Robespierre, nem Saint-Just, compreenderam. Eles só queriam a liberdade e a igualdade políticas, não econômicas e sociais. E foi por isso que a liberdade e a igualdade por eles fundadas constituíram e assentaram sobre novas bases o domínio dos burgueses sobre o povo.

Eles acreditaram mascarar esta contradição colocando como terceiro termo de sua fórmula revolucionária a *Fraternidade*. Foi mais uma mentira! Pergunto-vos, é possível a fraternidade entre os exploradores e os explorados, entre os opressores e os oprimidos? De que forma? Eu vos farei suar e sofrer durante todo o dia, e, à noite, quando eu tiver recolhido o fruto de vosso sofrimento e de vosso suor, deixando-vos apenas uma ínfima parte a fim de que possais viver, quer dizer, novamente suar e sofrer em meu proveito ainda amanhã, — à noite, eu vos direi: abracemo-nos, somos irmãos!

Tal é a fraternidade da Revolução burguesa.

Meus caros amigos, nós também desejamos a nobre Liberdade, a salutar Igualdade e a santa Fraternidade. Mas desejamos que estas belas, estas grandes coisas, cessem de ser ficções, mentiras, tornem-se uma verdade e constituam a realidade!

Tal é o sentido e o objetivo do que nós denominamos Revolução social.

Ela pode resumir-se em poucas palavras: ela quer e nós queremos que todo homem que nasça sobre esta terra possa se tornar um homem no sentido mais completo deste território; que ele tenha não somente o direito, mas todos os meios necessários para desenvolver todas as suas faculdades, e ser livre, feliz, na igualdade e para a fraternidade! Eis o que todos nós desejamos, e estamos todos prontos a morrer para alcançar este objetivo.

Eu vos peço, amigos, uma terceira e última sessão para vos expor completamente meu pensamento.

TERCEIRA E ÚLTIMA CONFERÊNCIA

Caros companheiros, eu vos disse na última vez como a burguesia, sem ter, ela mesma, completamente consciência, mas em parte também, pelo menos em um quarto, conscientemente, serviu-se do braço poderoso do povo, durante a grande Revolução de 1789-1793, para assentar, sobre as ruínas do mundo feudal, sua própria força. Daí em diante ela se tornou a classe dominante. É sem razão que se acredita que foram a nobreza emigrada e os padres que promoveram o golpe de Estado reacionário de Thermidor, que derrubou e matou Robespierre e Saint-Just, e que guilhotinou ou deportou uma multidão de seus partidários. Sem dúvida, muitos membros destes dois corpos destituídos tomaram parte ativa na intriga, felizes em ver cair aqueles que os fizeram tremer e que lhes teriam cortado a cabeça sem piedade. Mas eles sozinhos nada teriam podido fazer. Despossuídos de seus bens, haviam sido reduzidos à impotência. Foi a parte da classe burguesa que enriqueceu pela compra

dos bens nacionais, pelos aprovisionamentos da guerra e pelo manejo dos fundos públicos, aproveitando-se da miséria pública e da própria bancarrota para engordar seu bolso, foram eles, esses virtuosos representantes da moralidade e da ordem pública, os principais instigadores dessa reação. Eles foram ardente e poderosamente apoiados pela massa dos comerciantes, raça eternamente malfazeja e covarde, que engana e envenena o povo pormenorizadamente, vendendo-lhe suas mercadorias fraudulentas, e que possui toda a ignorância do povo sem ter o seu grande coração, toda a vaidade da aristocracia burguesa sem ter os bolsos cheios; covarde durante as revoluções, torna-se feroz na reação. Para ela, todas essas idéias que fazem palpitar o coração das massas, os grandes princípios, os grandes interesses da humanidade, não existem. Ela ignora até mesmo o patriotismo, ou só conhece a vaidade e as fanfarronadas dele. Nenhum sentimento que possa arrancá-la das preocupações mercantís, das miseráveis preocupações do dia-a-dia. Todo mundo viu, e os homens de todos os partidos nos confirmaram, que durante esse terrível cerco de Paris, — enquanto o povo combatia, e a classe dos ricos intrigava e preparava a traição que entregou Paris aos prussianos, enquanto o proletariado generoso, as mulheres e as crianças do povo estavam semifamintas, — os comerciantes só tinham uma única preocupação, a de vender suas mercadorias, seus gêneros alimentícios, os objetos mais necessários à subsistência do povo, o mais caro possível.

Os comerciantes de todas as cidades da França fizeram a mesma coisa. Nas cidades invadidas pelos prussianos, eles lhes abriram as portas. Nas cidades não invadidas, preparam-se para abri-las; eles paralisaram a defesa nacional, e, em todos os lugares onde puderam, opuseram-se à insurreição e ao armamento populares, os únicos que podiam salvar

a França. Os comerciantes nas cidades, tanto quanto os camponeses nos campos, constituem, hoje, o exército da reação. Os camponeses poderão e deverão ser convertidos à revolução, os comerciantes jamais.

Durante a grande Revolução, a burguesia estava dividida em duas categorias, uma delas, constituindo a ínfima minoria, era a burguesia revolucionária, conhecida sob o nome genérico de jacobinos. Não se deve confundir os jacobinos de hoje com os de 1793. Estes de hoje são apenas pálidos fantasmas e ridículos abortos, caricaturas dos heróis do século passado. Os jacobinos de 1793 eram grandes homens, possuíam o fogo sagrado, o culto da justiça, da liberdade e da igualdade. Não foi por sua culpa se não compreenderam melhor certas palavras que resumem ainda hoje todas as nossas aspirações. Eles só consideraram o lado político, não o sentido econômico e social. Mas, repito, não foi sua culpa, como não é nosso mérito compreendê-los hoje. É culpa e mérito do tempo. A humanidade se desenvolve lentamente, muito lentamente, é lamentável, e é apenas por uma sucessão de erros e faltas, e de cruéis experiências sobre-tudo, que são sempre sua consequência necessária, que os homens conquistam a verdade. Os jacobinos de 1793 foram homens de boa fé, homens inspirados pela idéia, devotados a ela. Eles foram heróis! Se não o tivessem sido, se não tivessem tido essa santa e grande sinceridade, não teriam realizado os grandes atos da Revolução. Podemos e devemos combater os erros teóricos dos Danton, dos Robespierre, dos Saint-Just, mas, ainda que combatendo suas idéias falsas, estreitas, exclusivamente burguesas, em economia social, devemos nos inclinar diante de sua força revolucionária. Foram os últimos heróis da classe burguesa, outrora tão fecunda em heróis.

Fora desta minoria heróica, havia a grande massa da burguesia materialmente exploradora, para qual as idéias, os grandes princípios da Revolução, nada mais eram senão palavras, que só tinham valor e sentido enquanto os burgueses delas podiam se servir para encher seus bolsos tão amplos e tão respeitáveis. Tendo os mais ricos e, consequentemente, também, os mais influentes dentre eles, enchido os seus ao som da Revolução e por meio desta, acharam que a Revolução havia durado muito tempo, que já era hora de acabar com ela e restabelecer o reinado da lei e da ordem pública.

Eles derrubaram o Comitê de salvação pública, mataram Robespierre, Saint-Just e seus amigos, e estabeleceram o Diretório, que foi a verdadeira encarnação da depravação burguesa no final do século passado, o triunfo e o reinado do ouro adquirido e centralizado nos bolsos de alguns milhões de indivíduos pelo roubo.

Mas a França, que ainda não tivera tempo de se corromper, e que ainda estava palpítante pelos grandes feitos da Revolução, não pôde suportar por muito tempo esse regime. Houve dois protestos, um malogrado, outro triunfante. O primeiro, se houvesse tido êxito, se tivesse podido ter êxito, teria salvo a França e o mundo; o triunfo do segundo inaugurou o despotismo dos reis e a escravidão dos povos. Falo da insurreição de Babeuf e da usurpação do primeiro Bonaparte.

A insurreição de Babeuf foi a última tentativa revolucionária do século passado. Babeuf e seus amigos tinham sido mais ou menos amigos de Robespierre e de Saint-Just. Foram jacobinos socialistas. Tinham tido o culto da igualdade, mesmo em detrimento da liberdade. Seu plano era muito simples: expropriar todos os proprietários e todos os detentores de instrumentos de trabalho e outros capitais

em proveito do Estado republicano, democrático e social, de modo que o Estado, tornando-se o único proprietário de todas as riquezas, tanto mobiliárias quanto imobiliárias, tornar-se-ia, consequentemente, o único empregador, o único patrão da sociedade; munido ao mesmo tempo da onipotência política, apoderar-se-ia, com exclusividade, da educação e da instrução iguais para todas as crianças, e forçaria todos os indivíduos maiores a trabalhar e viver segundo a igualdade e a justiça. Toda autonomia communal, toda iniciativa individual, toda liberdade, em resumo, desapareceria, esmagada por esse poder formidável. A sociedade por inteiro não deveria mais representar senão um quadro de uniformidade monótona e forçada. O governo seria eleito pelo sufrágio universal, mas, uma vez eleito, e enquanto permanecesse em função, exerceria sobre todos os membros da sociedade um poder absoluto.

A teoria da igualdade estabelecida à força pelo poderio do Estado não foi inventado por Babeuf. Os primeiros fundamentos desta teoria haviam sido lançados por Platão, vários séculos antes de Jesus Cristo, em sua *República*, obra na qual este grande pensador da antiguidade tentou esboçar o quadro de uma sociedade igualitária. Os primeiros cristãos exerceram incontestavelmente um comunismo prático em suas associações, perseguidas por toda a sociedade oficial. Enfim, no começo mesmo da Revolução religiosa, no primeiro quartel do século XVI, na Alemanha, Thomas Müntzer e seus discípulos fizeram a primeira tentativa para estabelecer a igualdade social sobre uma base muito ampla. A conspiração de Babeuf foi a segunda manifestação prática da idéia igualitária nas massas. Todas essas tentativas, sem exceção, tiveram de fracassar por duas razões: inicialmente, porque as massas não se tinham desenvolvido suficientemente para tornar sua realização possível; em

seguida, e sobretudo, porque, em todos esses sistemas, a igualdade aliava-se à força, à autoridade do Estado, e, consequentemente, excluía a liberdade. E nós o sabemos, caros amigos, a igualdade só é possível com e pela liberdade: não por essa liberdade exclusiva dos burgueses que está fundada sobre a escravidão das massas e que não é liberdade, mas privilégio; mas por esta liberdade universal dos seres humanos, que eleva todos à dignidade de homem. Mas também sabemos que esta liberdade só é possível na igualdade. Revolta não somente teórica, mas prática, contra todas as instituições e contra todas as relações sociais criadas pela desigualdade, em seguida, estabelecimento da igualdade econômica e social pela liberdade de todos: eis nosso programa atual, aquele que deve triunfar apesar dos Bismarck, dos Napoleão, dos Thiers, e apesar de todos os cossacos de meu augusto imperador, o czar de todas as Rússias.

A conspiração de Babeuf havia reunido em seu seio tudo o que, depois das execuções e das deportações do golpe de Estado reacionário de Thermidor, havia restado de cidadãos devotados à Revolução em Paris, e necessariamente muitos operários. Ela fracassou; muitos foram guilhotinados, mas muitos tiveram a felicidade de escapar. Entre outros, o cidadão Buonarroti, um homem de ferro, uma personalidade antiga, de tal forma respeitável que soube se fazer respeitar pelos homens dos partidos mais opositos. Viveu muito tempo na Bélgica, onde se tornou o principal fundador da sociedade secreta dos carbonaro-comunistas; e, em livro hoje muito raro, mas que tentarei enviar a nosso amigo Adhémar*, ele conta esta lúgubre história, este último protesto heróico da Revolução contra a reação, conhecida sob o nome de conspiração de Babeuf.

* Adhémar Schwitzguébel. N. do T.

O outro protesto da sociedade contra a corrupção burguesa que havia se apoderado do poder sob o nome de Diretório, foi, como eu já disse, a usurpação do primeiro Bonaparte.

Esta história, mil vezes mais lúgubre ainda, é conhecida por todos vós. Foi a primeira implantação do regime infame e brutal do sabre, a primeira bofetada desferida, no início deste século, por um *parvenu* insolente, na face da humanidade. Napoleão Iº tornou-se o herói de todos os déspotas, ao mesmo tempo que militarmente foi o terror deles. Vencido, ele lhes deixou sua funesta herança, seu infame princípio: o desprezo pela humanidade, e sua opressão pelo sabre.

Eu não vos falarei da Restauração. Foi uma tentativa ridícula de devolver a vida e o poder político a dois corpos deteriorados e decadentes: à nobreza e aos padres. O único fato importante que houve sob a Restauração foi que, atacada, ameaçada nesse poder que ela acreditava ter para sempre conquistado, a burguesia voltara a ser quase revolucionária. Inimiga da ordem pública tão logo esta ordem pública deixa de ser a sua, quer dizer, tão logo esta ordem estabeleceu e garantiu outros interesses que não os seus, ela conspirou de novo. Os Srs. Guizot, Périer, Thiers e tantos outros, que sob Luís-Felipe distinguiram-se como os mais fanáticos partidários e defensores de um governo opressivo, corruptor, mas burguês e, consequentemente, perfeito a seus olhos, todas essas almas condenadas da reação burguesa, conspiraram sob a Restauração. Eles triunfaram em julho de 1830, e o reinado do *liberalismo burguês* foi inaugurado.

É de 1830 que data verdadeiramente o domínio exclusivo dos interesses e da política burguesa na Europa; principalmente na França, na Inglaterra, na Bélgica, na Holanda e na Suíça. Nos outros países, tais como a Alemanha, a

Dinamarca, a Suécia, a Itália, a Espanha e Portugal, os interesses burgueses haviam sobrepujado todos os outros, mas não o governo político dos burgueses. Eu não vos falo desse grande e miserável Império de todas as Rússias, que ainda permanece submisso ao despotismo absoluto dos czares, e que não tem propriamente classe política intermediária, nada de corpo político burguês; e onde não há, com efeito, de um lado, senão o mundo oficial, uma organização militar, policial e burocrática, para satisfazer os caprichos do czar, e do outro, o povo, dezenas de milhões devorados pelo czar e por seus funcionários. Na Rússia, a revolução virá diretamente do povo, como eu desenvolvi amplamente em um bastante longo discurso que pronunciei há alguns anos em Berna e que me apressarei a vos enviar. Também não falo desta infeliz e heróica Polônia, que se debate, sempre sufocada novamente, mas nunca morta, sob as garras de três águias infames: a do Império da Rússia, a do Império da Áustria, e a do novo Império da Alemanha, representado pela Prússia. Na Polônia assim como na Rússia, não há propriamente classe média; há, de um lado, a nobreza, burocracia hereditária escrava do czar na Rússia, antigamente dominante e hoje desorganizada e decadente na Polônia; e, por outro lado, há o camponês escravizado e devorado, esmagado agora, não mais pela nobreza, que perdeu seu poder, mas pelo Estado, pelos inumeráveis funcionários, pelo czar. Da mesma forma também não vos falarei dos pequenos países da Suécia e da Dinamarca, que só se tornaram realmente constitucionais a partir de 1848, e que permaneceram mais ou menos atrasados em relação ao desenvolvimento geral da Europa; nem da Espanha e de Portugal, onde o movimento industrial e a política burguesa foram por tanto tempo paralisados pelo duplo poder do clero e do exército. Todavia, devo observar que a Espanha, que nos parecia tão

atrasada, apresenta-nos, hoje, uma das mais magníficas organizações da Associação Internacional dos Trabalhadores que existem no mundo.

Eu me deterei um instante sobre a Alemanha. A Alemanha, desde 1830, apresentou-nos e continua a nos apresentar o estranho quadro de um país onde os interesses da burguesia predominam, mas onde a força política não pertence à burguesia, mas à monarquia absoluta, sob uma máscara de constitucionalismo, militar e burocraticamente organizada e servida exclusivamente por nobres.

É na França, na Inglaterra, na Bélgica principalmente, que é preciso estudar o reinado da burguesia. Desde a unificação da Itália, sob o cetro de Vítor Emanuel, pode-se também estudá-lo na Itália. Mas em nenhum outro lugar ele se caracterizou tão plenamente quanto na França; assim, também, é neste país que o consideramos principalmente.

Desde 1830, o princípio burguês teve plena liberdade de se manifestar na literatura, na política, e na economia social. Pode-se resumir-lo por uma única palavra, *individualismo*.

Entendo por *individualismo* esta tendência que — considerando toda a sociedade, a massa dos indivíduos, como indiferentes, rivais, concorrentes, como inimigos naturais, em resumo, com os quais cada um é迫使ido a viver, mas que obstruem o caminho a cada um — leva o indivíduo a conquistar e a estabelecer seu próprio bem-estar, sua prosperidade, sua felicidade apesar de todos, em detrimento e no dorso de todos os outros. É uma corrida ao campanário, um salve-se-quem-puder geral, em que cada um tenta chegar primeiro. Ai dos fracos que param, eles são ultrapassados. Ai daqueles que, fatigados, caem no percurso, eles são im-

diatamente esmagados. A concorrência não tem coração, não tem piedade. Ai dos vencidos! Nesta luta, necessariamente, muitos crimes serão cometidos; toda esta luta fraterna, por sinal, outra coisa não é senão um crime contínuo contra a solidariedade humana, que é a única base de toda moral. O Estado, que, diz-se, é o representante e o vingador da justiça, não impede a perpetração desses crimes, ele os perpetua e os legaliza, ao contrário. O que ele representa, o que ele defende, não é a justiça humana, é a justiça jurídica, que nada mais é senão a consagração do triunfo dos fortes sobre os fracos, dos ricos sobre os pobres. O Estado só exige uma coisa: que todos esses crimes sejam cometidos legalmente. Posso arruinar-vos, esmagar-vos, matar-vos, mas devo fazê-lo observando as leis. De outra forma, sou declarado criminoso e tratado como tal. Tal é o sentido desse princípio, dessa palavra, o individualismo.

Agora, vejamos como esse princípio se manifestou na literatura, nessa literatura criada pelos Victor Hugo, pelos Dumas, pelos Balzac, pelos Jules Janin e tantos outros autores de livros e de artigos de jornais, que desde 1830 inundaram a Europa, trazendo a depravação e despertando o egoísmo nos corações dos jovens dos dois sexos, e, infelizmente, até mesmo do povo. Tomai qualquer romance que desejeis: ao lado dos grandes e falsos sentimentos, das belas frases, o que encontrareis? Sempre a mesma coisa. Um jovem é pobre, obscuro, desconhecido; ele é devorado por todos os tipos de ambições e apetites. Gostaria de habitar um palácio, comer trufas, beber champanha, possuir uma carruagem, e dormir com alguma bela marquesa. Ele obtém êxito por força de esforços heróicos e de aventuras extraordinárias, enquanto todos os outros sucumbem. Eis o herói: é puro individualismo.

Vejamos a política. Como se expressa seu princípio? As massas, diz-se, precisam ser conduzidas, governadas; elas são incapazes de se autogovernarem. Quem as governará? Não há mais privilégio de classe. Todos têm o direito de subir às mais altas posições e funções sociais. Mas para consegui-lo é preciso ser inteligente, hábil; é preciso ser forte e feliz; é preciso saber e poder sobrepujar todos os rivais. Eis mais uma corrida ao campanário: serão os indivíduos hábeis e fortes que governarão, que tosquiarão as massas.

Consideremos agora esse mesmo princípio na questão econômica, que é, no fundo, a principal, poder-se-ia mesmo dizer a única questão. Os economistas burgueses nos dizem que eles são partidários de uma liberdade ilimitada dos indivíduos e que a concorrência é a condição dessa liberdade. Mas vejamos qual é essa liberdade. E, antes de mais nada, uma primeira questão: foi o trabalho separado, isolado, que produziu e que continua a produzir todas essas riquezas maravilhosas das quais nosso século se glorifica? Sabemos muito bem que não. O trabalho isolado dos indivíduos mal seria capaz de alimentar e vestir um pequeno povo de selvagens; uma grande nação só se torna rica e só pode subsistir pelo trabalho coletivo, solidariamente organizado. O trabalho para a produção das riquezas sendo coletivo, pareceria lógico que a fruição dessas riquezas também o fosse, não é mesmo? Pois bem, eis o que não quer, o que rejeita com ódio a economia burguesa. Ela quer a fruição isolada dos indivíduos. Mas de que indivíduos? De todos? Oh, não, absolutamente. Ela quer a fruição dos fortes, dos inteligentes, dos hábeis, dos felizes. Ah! sim, dos felizes sobretudo. Isso porque em sua organização social, e de acordo com essa lei de herança que é seu fundamento principal, nasce uma minoria de indivíduos mais ou menos ricos, felizes, e milhões de seres humanos deserdados, infelizes.

Em seguida, a sociedade burguesa diz a todos esses indivíduos: lutai, disputai o prêmio, o bem-estar, a riqueza, o poder político. Os vencedores serão felizes. Há pelo menos igualdade nessa luta fratricida? Não, em absoluto. Uns, em pequeno número, estão armados dos pés à cabeça, fortes por sua instrução e sua riqueza herdadas, e os milhões de homens do povo apresentam-se na arena quase nus, com sua ignorância e sua miséria igualmente herdadas. Qual é o resultado necessário desta concorrência pretensamente livre? O povo sucumbe, a burguesia triunfa, e o proletário acorrentado é obrigado a trabalhar como um forçado para seu eterno vencedor, o burguês.

O burguês está munido principalmente de uma arma contra a qual o proletariado permanecerá sempre sem possibilidade de defesa, enquanto esta arma, o capital, — que se tornou doravante, em todos os países civilizados, o principal agente da produção industrial, — enquanto esse nutridor do trabalho estiver voltado contra ele.

O capital, tal como é constituído e apropriado hoje, não esmaga somente o proletariado, ele abate, expropria e reduz à miséria uma imensa quantidade de burgueses. A causa desse fenômeno, que a média e a pequena burguesia não comprehende muito bem, que ela ignora, é, todavia, muito simples. Graças à concorrência, graças à esta luta de morte que, graças à liberdade conquistada pelo povo em proveito dos burgueses, reina hoje no comércio e na indústria, todos os fabricantes são forçados a vender seus produtos, melhor dizendo, os produtos dos trabalhadores que eles empregam, que eles exploram, pelo valor mais baixo possível. Vós sabeis por experiência que os produtos caros se vêem hoje cada vez mais excluídos do mercado pelos produtos baratos, ainda que estes últimos sejam muito menos perfeitos do que

os primeiros. Eis, portanto, uma primeira consequência funesta desta concorrência, desta luta intestina na produção burguesa. Ela tende necessariamente a substituir os bons produtos por produtos medíocres, os trabalhadores hábeis por trabalhadores medíocres. Ela diminui ao mesmo tempo a qualidade dos produtos e a dos produtores.

Nesta concorrência, nesta luta pelo preço mais baixo, os grandes capitais devem necessariamente esmagar os pequenos capitais, os grandes burgueses devem arruinar os pequenos burgueses. Uma imensa fábrica pode naturalmente confeccionar seus produtos e vendê-los mais baratos do que uma fábrica pequena ou média. A instituição de uma grande fábrica exige naturalmente um grande capital, mas, proporcionalmente ao que ela pode produzir, custa menos caro do que uma fábrica pequena ou média: 100.000 francos são mais do que 10.000 francos, mas 100.000 francos empregados em uma fábrica darão 20, 30%; enquanto que os 10.000 francos, empregados da mesma maneira, só darão 10%. O grande fabricante economiza no prédio, nas matérias-primas, nas máquinas; empregando muito mais trabalhadores do que o pequeno ou médio fabricante, ele também economiza, ou ganha, por melhor organização e maior divisão do trabalho. Resumindo, com 100.000 francos concentrados em suas mãos e empregados no estabelecimento e na organização de uma fabricação única, ele produz muito mais do que dez fabricantes empregando cada um 10.000 francos; assim, se cada um desses últimos realiza, sobre os 10.000 francos empregados, um lucro líquido de 2.000 francos, por exemplo, o fabricante que estabelece e organiza uma grande fábrica que lhe custa 100.000 francos, ganha sobre cada 10.000 francos, 5.000 ou 6.000 francos, ou seja, ele produz por 5 ou 6 vezes mais mercadorias. Produzindo proporcionalmente muito mais, pode obviamente vender

seus produtos a preço muito menor do que os pequenos ou médios fabricantes; mas, vendendo-os mais baratos, força igualmente os pequenos ou médios fabricantes a baixarem seu preço, sem o que seus produtos não seriam comprados. Mas como a produção desses produtos custa-lhes muito mais caro do que ao grande fabricante, vendendo-os ao preço do grande fabricante eles se arruínam. É assim que os grandes capitais matam os pequenos capitais, e, se os grandes encontram maiores do que eles próprios, são, por sua vez, esmagados.

É tão verdadeiro que há, hoje, nos grandes capitais, uma tendência ostensiva a se associarem para constituirem capitais monstruosamente formidáveis. A exploração do comércio e da indústria por sociedades anônimas começa a substituir, nos países mais industrializados, Inglaterra, Bélgica e França, a exploração dos grandes capitalistas isolados. E, à medida que a civilização e a riqueza nacional dos países mais avançados crescem, a riqueza dos grandes capitalistas aumenta, mas o número dos capitalistas diminui. Uma certa massa de burgueses médios vê-se empurrada para a pequena burguesia, e uma multidão ainda maior de pequenos burgueses se vê inexoravelmente conduzida para o proletariado, para a miséria.

É um fato incontestável, constatado tanto pela estatística de todos os países quanto pela demonstração mais exatamente matemática. Na organização econômica da sociedade atual este empobrecimento sucessivo da grande massa da burguesia, em proveito de um número restrito de monstruosos capitalistas, é uma lei inexorável, contra a qual outro remédio não há senão a revolução social. Se a pequena burguesia tivesse bastante inteligência e bom senso para comprehendê-lo, há muito tempo ela se teria aliado ao prole-

tariado para realizar esta revolução. Mas a pequena burguesia é geralmente muito parva; sua própria vaidade e seu egoísmo fecham-lhe o espírito. Ela nada vê, nada comprehende, e, esmagada, de um lado, pela grande burguesia, ameaçada, por outro, por esse proletariado que despreza, tanto quanto o detesta e teme, deixa-se estupidamente arrastar para o abismo.

As conseqüências desta concorrência burguesa são desastrosas para o proletariado. Forçados a vender seus produtos — ou ainda os produtos dos operários que exploram — ao menor preço possível, os fabricantes devem necessariamente pagar a seus operários o salário mais baixo possível. Conseqüentemente, não podem mais pagar o talento, o gênio de seus operários. Devem procurar o trabalho que se vende, que é forçado a se vender, ao valor mais baixo. As mulheres e as crianças, por se contentarem com um salário ínfimo, são preferencialmente empregados em lugar de homens, e os trabalhadores medíocres, ao invés dos trabalhadores hábeis, a menos que estes últimos contentem-se com o salário dos trabalhadores inábeis, das crianças e das mulheres. Foi provado e reconhecido por todos os economistas burgueses que a medida do salário do operário é sempre determinada pelo valor de sua manutenção diária: assim, se um operário pudesse se alojar, vestir-se, alimentar-se por um franco ao dia, seu salário cairia rapidamente a um franco. E isso por uma razão bem simples: é que os operários, acossados pela fome, são forçados a fazer concorrência entre si, e o fabricante, impaciente em enriquecer o mais rápido possível pela exploração do trabalho alheio, e forçado, por outro lado, pela concorrência burguesa, a vender seus produtos ao menor preço possível, empregará obviamente os operários que, pelo menor salário, lhe oferecerão o máximo de horas de trabalho.

Não é somente dedução lógica, é um fato que se passa diariamente na Inglaterra, na França, na Bélgica, na Alemanha e nas partes da Suíça onde se estabeleceu a grande indústria, a indústria explorada em grandes fábricas pelos grandes capitais. Em minha última conferência, eu vos disse que éreis operários privilegiados. Ainda que estejais bem longe de receber integralmente como salário todo o valor de vossa produção diária, ainda que sejais incontestavelmente explorados por vossos patrões, entretanto, comparativamente aos operários dos grandes estabelecimentos industriais, sois razoavelmente bem pagos, tendes lazer, sois livres, sois felizes. E apresso-me a reconhecer que tendes um imenso mérito por haverdes entrado na Internacional e vos tornado membros devotados e zelosos desta imensa associação do trabalho que deve emancipar os trabalhadores do mundo inteiro. É nobre, é generoso de vossa parte. Provais assim que não pensais somente em vós mesmos, mas nesses milhões de irmãos que são muito mais oprimidos e muito mais infelizes do que vós. É com alegria que vos dou este testemunho.

Mas, ao mesmo tempo que fazeis ato de generosa e fraterna solidariedade, permiti que eu vos diga que também fazeis ato de previdênciia e prudênciia; não o fazeis somente por vossos irmãos infelizes de outras indústrias e de outros países, também o fazeis, senão completamente por vós mesmos, ao menos por vossos próprios filhos. Sois, não absolutamente, mas relativamente bem remunerados, livres, felizes. Por que o sois? Pela simples razão de que o grande capital ainda não invadiu vossa indústria. Mas não acreditais, sem dúvida, que será sempre assim. O grande capital, por lei que lhe é inherente, é fatalmente levado a invadir tudo. Começou naturalmente explorando os setores do comércio e da indústria que lhe prometeram as maiores vantagens, aqueles cuja exploração era a mais fácil, e acabará, necessaria-

mente, depois de tê-los suficientemente explorado, e pela concorrência que faz a si mesmo nessa exploração, voltando-se em breve para os setores que até aquele momento não havia tocado. Já não se fazem paletós, botas, rendas à máquina? Acreditai que cedo ou tarde, e mais cedo do que tarde, far-se-ão também relógios à máquina. As molas, os escapos, as caixas, a placa metálica, o polimento, o guilhocô, a gravação, se farão à máquina. Os produtos não serão tão perfeitos quanto aqueles que saem de vossas hábeis mãos, mas custarão muito menos, e serão vendidos em muito maior quantidade do que vossos produtos mais perfeitos, que eles acabarão por excluir do mercado. Assim, vós, ou pelo menos vossos filhos se encontrarão tão escravos, tão miseráveis quanto os operários dos grandes estabelecimentos industriais hoje o são. Vede, portanto, que, trabalhando por vossos irmãos, os infelizes operários das outras indústrias e dos outros países, trabalhais também para vós mesmos, ou pelo menos para vossos próprios filhos.

Trabalhais para a humanidade. A classe operária tornou-se hoje o único representante da grande, da santa causa da humanidade. O futuro pertence hoje aos trabalhadores: aos trabalhadores dos campos, aos trabalhadores das fábricas e das cidades. Todas as classes que estão acima, os eternos exploradores do trabalho das massas populares: a nobreza, o clero, a burguesia, e toda essa miríade de funcionários militares e civis que representam a iniqüidade e o poder maléfico do Estado, são classes corruptas, atingidas pela impotência, doravante incapazes de compreender e querer o bem, poderosas somente para o mal.

O clero e a nobreza foram desmascarados e derrotados em 1793. A revolução de 1848 desmascarou e demonstrou a impotência e a nocividade da burguesia. Durante as jornadas de junho, em 1848, a classe burguesa renunciou aber-

tamente à religião de seus pais: a essa religião revolucionária que teve a liberdade, a igualdade e a fraternidade como princípios e bases. Tão logo o povo levou a sério a igualdade e a liberdade, a burguesia, que só existe pela exploração, quer dizer, pela desigualdade econômica e pela escravidão social do povo, relançou-se na reação.

Esses mesmos traidores que hoje querem mais uma vez afundar a França, esses Thiers, esses Jules Favre, e a imensa maioria da Assembléia nacional em 1848, trabalharam para o triunfo da mais imunda reação, como trabalham ainda hoje com a mesma finalidade. Eles começaram por destruir o sufrágio universal e, mais tarde, elevaram à presidência Luis Bonaparte. O temor pela revolução social, o horror pela igualdade, o sentimento de seus crimes e o temor pela justiça popular, jogara toda essa classe decaída, outrora tão inteligente e heróica, hoje tão estúpida e covarde, nos braços da ditadura de Napoleão III. E tiveram uma ditadura militar durante dezoito anos seguidos. Não se deve acreditar que os senhores burgueses se deram muito mal. Aqueles dentre eles que quiseram fazer-se desobedientes, e brincar de liberalismo de uma maneira muito ruidosa, muito incômoda para o regime imperial, foram naturalmente isolados, reprimidos. Mas todos os outros, aqueles que, deixando as ninharias políticas ao povo, aplicaram-se exclusiva, seriamente, ao grande negócio da burguesia, à exploração do povo, foram eficazmente protegidos e encorajados. Deram-lhes até mesmo, para salvar sua honra, todas as aparências da liberdade. Não existia, sob o Império, uma assembléia legislativa eleita regularmente pelo sufrágio universal? Tudo foi bem, segundo os votos da burguesia. Só houve um único ponto negro. Era a ambição de conquista do soberano, que arrastava a França inevitavelmente a gastos ruinosos e acabou por aniquilar seu antigo poderio. Mas este ponto negro não foi umaci-

dente, foi uma necessidade do sistema. Um regime depótico, absoluto, mesmo quando tem as aparências da liberdade, deve necessariamente apoiar-se sobre um poderoso exército, e todo grande exército permanente torna cedo ou tarde a guerra externa necessária, porque a hierarquia militar tem por principal inspiração a ambição: todo tenente quer ser coronel, e todo coronel quer ser general; quanto aos soldados, sistematicamente desmoralizados nas casernas, sonham com os nobres prazeres da guerra: o massacre, a pilhagem, o roubo, o estupro, — prova: as façanhas do exército prussiano na França. Pois bem, se todas essas nobres paixões, sabiamente, sistematicamente nutritas no coração dos oficiais e dos soldados, permanecem muito tempo sem nenhuma satisfação, elas se alteram e levam o exército ao descontentamento, e do descontentamento à revolta. Portanto, torna-se necessário fazer a guerra. Todas as expedições e guerras empreendidas por Napoleão III não foram absolutamente caprichos pessoais, como declaram hoje os senhores burgueses: foi uma necessidade do sistema imperial despótico, que eles próprios fundaram por temer a revolução social. São as classes privilegiadas, é o alto e o baixo clero, é a nobreza decaída, é, enfim e principalmente, esta respeitável, honesta e virtuosa burguesia que, tanto quanto todas as outras classes, e mais do que o próprio Napoleão, a causa de todas as desgraças que vêm golpear a França.

E vós todos vistes, companheiros, para defender esta infeliz França só havia, em todo o país, uma única massa, a massa dos operários das cidades, precisamente a que havia sido traída e entregue pela burguesia ao Império, e por este sacrificada à exploração burguesa. Em todo o país, somente os generosos trabalhadores das fábricas e das cidades quiseram a insurreição popular para a salvação da França. Os trabalhadores dos campos, os camponeses desmoraliza-

dos, embrutecidos pela educação religiosa que lhes haviam dado a partir do primeiro Napoleão até agora, tomaram partido a favor dos prussianos e da reação contra a França. Teria sido possível revolucioná-los. Em uma brochura que muitos dentre vós lesteis, intitulada *Lettres à un Français*, expus os meios que se deveria usar para arrastá-los à Revolução. Mas, para fazê-lo, era preciso, antes de mais nada, que as cidades se insurgissem e se organizassem revolucionariamente. Os operários quiseram fazê-lo; até mesmo o tentaram em muitas cidades da França meridional: Lyon, Marselha, Montpellier, Saint-Etienne, Toulouse. Mas em todos os lugares foram reprimidos e paralisados pelos burgueses *radicais*, em nome da República. Sim, foi em nome da República que os burgueses, tornados republicanos por temer o povo, foi em nome da República que os Gambetta, esse velho pecador Jules Favre, e Thiers, essa infame raposa, e todos esses Picard, Ferry, Jules Simon, Pelletan e tantos outros, foi em nome da República que eles assassinaram a República e a França.

A burguesia é julgada. Ela, que é a classe mais rica e mais numerosa da França, — excetuando a massa popular, sem dúvida, — se tivesse querido, teria podido salvar a França. Mas para isso teria que sacrificar seu dinheiro, sua vida, e apoiar-se francamente sobre o proletariado, como fizeram seus ancestrais, os burgueses de 1793. Pois bem, ela não quis sacrificar seu dinheiro, ainda menos que sua vida, e preferiu a conquista da França pelos prussianos à sua salvação pela revolução popular.

A questão entre os operários das cidades e os burgueses foi bem claramente colocada. Os operários disseram: nós explodiremos as casas, mas não entregaremos nossas cidades aos prussianos. Os burgueses responderam: abriremos as portas de nossas cidades aos prussianos, mas não vos permi-

tiremos fazer desordem pública, e queremos conservar nossas casas a qualquer preço, mesmo que tenhamos de beijar o rabo dos prussianos.

E observai que são hoje esses mesmos burgueses que ousam insultar a Comuna de Paris, esta nobre Comuna que salva a honra da França e, esperemo-lo, a liberdade do mundo, ao mesmo tempo; são esses mesmos burgueses que hoje a insultam em nome de quê? — *em nome do patriotismo!*

Realmente, esses burgueses são impudentes! Chegaram a um grau de infâmia que os fez perder até o último sentimento de pudor. Ignoram a vergonha. Antes de morrer, já estão completamente podres.

E não é somente na França, companheiros, que a burguesia está podre, moral e intelectualmente aniquilada; ela o é também em toda a Europa, e em todos os países da Europa somente o proletariado conservou o fogo sagrado. Somente ele porta, hoje, a bandeira da humanidade.

Qual é seu lema, sua moral, seu princípio? A *solidariedade*. Todos por um, e um por todos e para todos. É o lema e o princípio fundamental de nossa grande Associação internacional, que, ultrapassando as fronteiras dos Estados, e por esta mesma razão, destruindo os Estados, tende a unir os trabalhadores do mundo inteiro em uma única família humana, sobre a base do trabalho igualmente obrigatório para todos, e em nome da liberdade de cada um e de todos. Esta solidariedade, na economia social, chama-se trabalho e propriedade coletivos; em política, ela se chama destruição dos Estados e liberdade de cada um pela liberdade de todos.

Sim, caros companheiros, vós operários, solidariamente com vossos irmãos trabalhadores de todo o mundo, herdais

sozinhos, hoje, a grande missão da emancipação da humanidade. Tendes um co-herdeiro, trabalhador como vós, ainda que em outras condições que não vossas. É o camponês. Mas o camponês ainda não tem a consciência da grande missão popular. Ele foi envenenado, ainda o é, pelos padres, e serve, contra ele mesmo, de instrumento à reação. Deveis instruí-lo, deveis salvá-lo, apesar dele, envolvendo-o, explicando-lhe o que é a Revolução social.

Nesse momento, principalmente no começo, os operários da indústria não devem, não podem contar senão com eles próprios. Mas eles serão onipotentes se o desejarem. Basta que o desejem seriamente. E, para realizar essa vontade, só têm dois meios. É, antes de mais nada, estabelecendo em seus grupos, em seguida entre todos os grupos, uma verdadeira solidariedade fraterna, não somente de palavras, mas de ação, não somente para os dias de festa, de discurso e de bebida, mas em sua vida quotidiana. Cada membro da Internacional deve poder sentir, deve estar praticamente convicto de que todos os outros membros são seus irmãos.

O outro meio é a organização revolucionária, a organização para a ação. Se as insurreições populares de Lyon, de Marselha e das outras cidades da França fracassaram, foi porque não há nenhuma organização. Posso falar com pleno conhecimento de causa, visto que estive por lá e sofri com isso. E se a Comuna de Paris hoje se mantém tão valentemente é que durante todo o cerco os operários se organizaram seriamente. Não é sem razão que os jornais burgueses acusam a Internacional de ter produzido essa insurreição magnífica de Paris. Sim, digamo-lo com orgulho, são os nossos irmãos internacionais que, por seu trabalho perseverante, organizaram o povo de Paris e tornaram possível a Comuna de Paris.

Sejamos portanto bons irmãos, companheiros, e organizemo-nos. Não acrediteis que estejamos no fim da Revolução, estamos em seu começo. A Revolução está doravante na ordem do dia, por muitas décadas. Ela virá nos encontrar, cedo ou tarde; preparemo-nos, portanto, purifiquemo-nos, tornemo-nos mais reais, menos discursivos, menos ruidosos, menos faladores, menos beberrões, menos festeiros. Cerremos fileiras e preparemo-nos dignamente para esta luta que deve salvar todos os povos e emancipar finalmente a humanidade.

Viva a Revolução social! Viva a Comuna de Paris!